

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 101/2021
Data: 01/07/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CAMINHONEIROS DO PORTO DE SANTOS ENTRE 18 E 35 ANOS SERÃO VACINADOS CONTRA A COVID-19.....	4
ADVOCACIA RUY DE MELLO MILLER PROMOVE WEBINAR SOBRE SETOR PORTUÁRIO NESTA QUINTA-FEIRA	5
PORTAL PORTO GENTE	6
O DIÁLOGO ESSENCIAL QUE FALTA NA REFORMA DOS PORTOS	6
PROFISSÕES DO FUTURO PARA QUEM QUER TRABALHAR REMOTAMENTE.....	6
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	8
MSC CRUZEIROS VAI TER TERMINAL EXCLUSIVO NO PORTO DE BARCELONA	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	9
TARCÍSIO: INVESTIMENTO EM FERROVIAS É FUNDAMENTAL PARA EQUILIBRAR MATRIZ DE TRANSPORTES	9
ISTOÉ - DINHEIRO	10
GOVERNO QUER POLÍTICA DE FLEXIBILIZAÇÃO DE TRABALHO PERMANENTE, CONFIRMA GUEDES	10
CONFIANÇA EMPRESARIAL ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE DEZEMBRO DE 2013.....	10
PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL SOBE 17,7% E A DE PETRÓLEO CAÍ 1,4% EM MAIO ANTE ABRIL	11
SE CÁLCULOS LEVAREM À ALTA DE TRIBUTAÇÃO, GOVERNO REDUZIRÁ ALÍQUOTAS, DIZ GUEDES	12
MONEYTIMES	12
COAF ESPERA REAVER AINDA NESTE ANO R\$ 5,86 MILHÕES PARA INVESTIMENTOS.....	12
ARGENTINA CONTRATA DRAGAGEM NO RIO PARANÁ ENQUANTO ELABORA LICITAÇÃO DE LONGO PRAZO	13
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	14
CÂMARA DA CRISE ELÉTRICA TERÁ SUA PRIMEIRA REUNIÃO NESTA QUINTA.....	14
FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO DEMANDA MERCADO DE CARBONO.....	16
JORNAL O GLOBO – RJ	19
PAÍS CRIA 280,6 MIL VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA EM MAIO, SEGUNDO CAGED	19
CRIAÇÃO DE IMPOSTO GLOBAL SOBRE MULTINACIONAIS RECEBE APOIO DE 130 PAÍSES.....	22
NÍVEL DOS RESERVATÓRIOS DE SUDESTE E CENTRO-OESTE EM JUNHO É O MAIS BAIXO PARA O MÊS DESDE 2001.....	24
GUEDES DIZ QUE PODE DOBRAR CORTE DE IMPOSTO PARA EMPRESAS SE 'DOIS OU TRÊS' SUBSÍDIOS FOREM REMOVIDOS	26
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	27
PETROBRAS EMBOLSA R\$ 11,4 BILHÕES E SAI DE VEZ DO CAPITAL DA BR DISTRIBUIDORA	27
EM MEIO À PANDEMIA, INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA É O MENOR DESDE 2000	28
‘O SISTEMA FINANCEIRO VAI SER MUITO DIFERENTE DO QUE É HOJE’, DIZ DIRETOR DO BC.....	30
BRASIL CRIA 280 MIL VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA EM MAIO, APONTA CAGED	37
RELATOR DE REFORMA PROPÕE BATIZAR CATEGORIAS COM ESTABILIDADE DE 'CARREIRAS EXCLUSIVAS DE ESTADO'	38
VALOR ECONÔMICO (SP)	39
MINÉRIO DE FERRO GANHA FORÇA NO INÍCIO DE JULHO E SOBE 2,5% NA CHINA	39
DISPUTADO, LEILÃO DE TRANSMISSÃO TEM MEZ COMO PRINCIPAL VENCEDORA	40
CUSTO DO FRETE DO AGRO SOBE NO PAÍS	41
RUMO E SANTOS BRASIL AVALIAM UNIR OPERAÇÕES PORTUÁRIAS, DIZEM FONTES.....	42
BRAZIL JOURNAL	43
EM PASSO INÉDITO, B3 ABRE SUA CLEARING PARA ASL TOOLS.....	43
ABEAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS AÉREAS	44
ABEAR ANUNCIA ITAPEMIRIM COMO NOVA ASSOCIADA	44
AGÊNCIA BRASIL - DF	45
LEILÕES DE INFRAESTRUTURA CAPTARAM R\$ 30 BILHÕES EM 2021, DIZ MINISTRO	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS	45
INDÚSTRIA NAVAL NO PAÍS PRECISA SE PREPARAR PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES	46
TRIBUNAL MARÍTIMO CANCELA 236 REBS.....	47
SVITZER EXPANDE OPERAÇÕES NO NORDESTE	48
ANP PUBLICA DADOS CONSOLIDADOS DO SETOR NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS EM 2020.....	49



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 101/2021
Página 3 de 50
Data: 01/07/2021
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CAMINHONEIROS DO PORTO DE SANTOS ENTRE 18 E 35 ANOS SERÃO VACINADOS CONTRA A COVID-19

Doses serão aplicadas exclusivamente aos moradores de Santos na próxima terça-feira (6)

Por: Fernanda Balbino

Os caminhoneiros autônomos que atuam no Porto de Santos e moram na Cidade serão vacinados contra a covid-19 na próxima terça-feira. Com isso, a categoria suspendeu os planos de protestos e paralisações, previstos nas últimas semanas. Cerca de 300 profissionais que têm entre 18 e 35 anos serão imunizados, segundo o sindicato que representa a categoria.

A informação é do integrante da junta governativa do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista (Sindicam), Alessandro Rodrigues. Segundo ele, o posicionamento foi da administração municipal e fez parte do pedido para o adiamento das manifestações da categoria, na última terça-feira.

“Recebemos essa informação da Prefeitura de Santos, que é a mais atrasada e está vacinando o pessoal de 40 anos. Agora, vamos esperar até terça-feira para ver se vão cumprir as palavras deles”, afirmou o representante da entidade.

Procurada, a administração municipal confirmou a informação. Mas apontou que o local da vacinação dos caminhoneiros autônomos ainda não foi definido.

“O profissional terá que estar com o nome na lista elaborada pela Autoridade Portuária além de apresentar, obrigatoriamente, o comprovante de residência em Santos”, destacou a administração municipal, em nota.

De acordo com levantamento da entidade encaminhado à Autoridade Portuária, 439 caminhoneiros autônomos têm entre 25 e 34 anos. Os dados estão em uma lista apresentada, na semana passada, à estatal. Os dados foram repassados às prefeituras locais.

Mobilização

Os autônomos aguardam, há meses, pela imunização contra a covid-19. Havia previsão de paralisação na semana passada, mas após pedido da Autoridade Portuária, a categoria decidiu esperar mais alguns dias.

“Nós deveríamos ter acompanhado os portuários no protesto. Mas, por uma transição do sindicato, uma questão interna, isso não aconteceu. Demorou um pouco, mas agora temos esse compromisso”, afirmou Rodrigues.

O caminhoneiro se refere aos trabalhadores avulsos e vinculados a terminais portuários que foram imunizados no início do mês. Além deles, servidores de órgãos federais envolvidos no setor e funcionários da Autoridade Portuária de Santos também receberam suas doses de vacina na sede da estatal ou no Santos Convention Center, na Ponta da Praia.

O mesmo aconteceu com os guardas portuários, que também protestaram e garantiram a imunização contra a covid-19. Neste caso, os profissionais, incluídos no Sistema Unificado de Segurança Pública (Susp) foram vacinados com policiais.

Independentemente da profissão, a campanha de vacinação contra a covid-19 tem avançado por idade. E a orientação do Ministério da Saúde é de que os profissionais sejam imunizados de acordo com as faixas etárias.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 01/07/2021

ADVOCACIA RUY DE MELLO MILLER PROMOVE WEBINAR SOBRE SETOR PORTUÁRIO NESTA QUINTA-FEIRA

As inscrições são gratuitas e estão abertas; veja como participar do evento comemorativo aos 60 anos da empresa

Por: *ATribuna.com.br*



Advocacia Ruy de Mello Miller promove webinar sobre questões portuárias - Foto: Divulgação

Em comemoração aos 60 anos de fundação, celebrados em 6 de julho, a Advocacia Ruy de Mello Miller (RMM) promove, na próxima quinta-feira (8), um webinar com o tema: "Os efeitos concretos da nova regulação do setor portuário". O evento é realizado em parceria com o Grupo Tribuna.

As inscrições para o webinar são gratuitas e podem ser feitas por meio desta página. O evento será on-line.

Entre os marcos da comemoração dos 60 anos também estão a inauguração oficial do novo escritório sediado no Tribuna Square e a divulgação de uma nova linguagem visual alinhada ao crescimento e posicionamento estratégico da RMM.



Thiago Miller é sócio da RMM e convidado do Webinar 2 - Foto: Leonardo Cortez

Garanta a sua inscrição aqui.-->
https://www.sympla.com.br/webinar-advocacia-ruy-de-mello-miller_1248316

Confira a programação abaixo:

Webinar 2 "Os efeitos concretos da nova regulação do setor portuário"

O evento será realizado em 8 de julho (quinta-feira), às 14h, com apresentação Maxwell Rodrigues, responsável pelo projeto Porto 360.

Na ocasião, além da comemoração dos 60 anos da RMM, também será o lançamento do livro "Comentários à Lei 12.815/2013".

Entre os convidados estão: o sócio da RMM e Presidente da Comissão de Direito Marítimo e Portuário da OAB/SP, Thiago Miller, e a Diretora Executiva da Associação dos Terminais Portuários Privados (ATP), Luciana Cardoso Guerise.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 01/07/2021

PORTAL PORTO GENTE

O DIÁLOGO ESSENCIAL QUE FALTA NA REFORMA DOS PORTOS

Editorial Portogente

A comunidade portuária é conectada pelo comércio global e sistema de transportes

A reforma dos portos brasileiros poderia estar mais avançada e com menos incertezas. Por falta de estratégia que mobilize a valorosa cooperação das comunidades dos portos, segue lenta e duvidosa. Insegurança e contradição colocam em risco um programa de desestatização, ainda mal explicado. Como é natural, começam aparecer contestações ao projeto mal acabado.



Canal de entrada do Porto de Santos, no litoral paulista. Foto: Acervo Portogente.

O artigo Desestatização e o Porto sem Vitória, da Dra. Flávia Nico, fundadora do Observatório Cidade e Porto/UFES, na revista Portos e Navios, aponta fragilidades intoleráveis no conceito do papel de um porto, que se pretende apresentar como reformado e moderno. Porto é atividade das mais antigas e tem parâmetros mundiais atrelados à produtividade do comércio internacional. Neste contexto, qual problema se quer solucionar no Porto de Vitória?

A resposta a essa pergunta não é apenas o investimento que o governo brasileiro tem capacidade. Pois para bem funcionar, a competição na atividade portuária precisa ser cuidadosamente estruturada e administrada. Ademais, a velocidade com que tem crescido a demanda de investimentos nos portos é muito maior do que cresce a capacidade de investimento do governo, para fomentar a competição na prestação de serviços.

Entretanto, o insucesso desse programa será injustificável. Pois há competência nacional para as soluções necessárias, de nível internacional. Ao valorizar o cliente do porto, o governo deve garantir segurança jurídica e evitar conflitos no processo comercial que exige grandes somas de dinheiro privado em equipamentos e tecnologia. Daí a conveniência de iniciativas como a do Observatório Cidade e Porto e do projeto Santos2050.

O tempo é curto e a reforma é necessária. Projeto Santos2050 propõe uma nova visão do problema a ser tratado. Isto é toda a diferença, para resolver a falta de capacidade de investimentos na construção do pujante Porto de Santos do Futuro.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 01/07/2021

PROFISSÕES DO FUTURO PARA QUEM QUER TRABALHAR REMOTAMENTE.

Editorial Portogente - Categoria: Notícias Corporativas

A Internet trouxe muitas mudanças em nossas vidas. Atualmente, a Internet serve não apenas como um lugar onde se pode encontrar muitas informações úteis para entretenimento, mas também com sua ajuda se tornou possível trabalhar. As fronteiras claras entre o trabalho no escritório e o trabalho remoto estão desaparecendo gradualmente. O que a plataforma LinkedIn, que é uma ponte entre empregadores e empregados, vale. Entretanto, no LinkedIn eles nem sempre oferecem apenas trabalho remoto, mas frequentemente se utiliza um recurso como Upwork, uma plataforma para freelancers.

É graças à Internet que temos a oportunidade de colaborar com empresas que estão localizadas em outra parte do mundo, tudo o que precisamos fazer é ter acesso à Internet. Vale ressaltar que o conceito de trabalho remoto no momento não é muito diferente em termos de eficiência. Além disso, do ponto de vista financeiro, o trabalho via Internet pode ser ainda mais lucrativo. Vamos dar uma olhada mais de perto em várias profissões na Internet, que surgiram não há muito tempo, e agora estão ganhando popularidade ativamente.

Apostadores esportivos profissionais

O campo das apostas online está se desenvolvendo ativamente e há cada vez mais pessoas interessadas em apostas esportivas. Embora as empresas de apostas e todos os tipos de cassinos estejam oficialmente proibidos no Brasil no momento, espera-se que haja mudanças significativas nesta esfera muito em breve. Observe também que já existe um grande número de empresas que prestam seus serviços aos jogadores no Brasil, embora oficialmente registradas em outro país onde o jogo e as apostas esportivas não são proibidas por lei.

Ainda assim, vale a pena responder à pergunta, por que os especialistas nesta esfera são procurados?

As pessoas são impulsivas e nem sempre são capazes de pensar racionalmente. Acontece também que os novatos podem não saber em absoluto onde colocar seu dinheiro. Portanto, para começar a jogar Cassino Online Com Dinheiro Real, os jogadores precisam do conselho de um profissional.

Por exemplo, a plataforma Cassino Hex Online, onde especialistas falam sobre diferentes maneiras de ganhar dinheiro usando dinheiro real em cassinos. Lá você também pode encontrar uma lista de cassinos, que merecem sua atenção por uma razão ou outra. E tudo isso é composto por especialistas que testaram as vantagens e desvantagens.

Leiam mais aqui <https://br.cassinohex.com/casinos-online/por-dinheiro-real/>.

Em conclusão, a perspectiva de tal emprego é bastante grande, e o rendimento depende apenas de seu conhecimento.

Jogadores de videogame profissionais

Os pais sempre dizem que os videogames não levarão a nada de bom. Entretanto, hoje em dia isso não é bem verdade. Hoje em dia, os jogadores profissionais podem ganhar muito dinheiro. Alguns clubes de futebol estão até mesmo investindo na criação de equipes em jogos on-line.

E embora possa parecer que você não precisa estudar muito para se tornar um jogador profissional de videogame, isso não é de todo verdade. Muitas pessoas desistem mesmo na fase de treinamento, porque é muito exaustivo passar horas de treinamento e melhorar suas habilidades. Alguns escolhem uma maneira mais simples, como jogos de transmissão em plataformas de transmissão, como Twitch, onde é muito mais fácil ganhar dinheiro com isso.

Investidores em criptomoedas

Agora, mais do que nunca, as moedas criptográficas estão no auge de sua popularidade. A primeira moeda criptográfica Bitcoin surgiu em 2008, e desde então o mercado de moedas criptográficas cresceu significativamente, agora há um grande número de moedas que você pode investir e que podem gerar lucro suficiente. É por isso que uma profissão como investidor em criptomoedas se tornou tão popular. Todo este esquema funciona de forma bastante simples. Você deposita dinheiro em uma Bolsa de Valores, compra uma certa moeda criptográfica e quando, por exemplo, seu valor aumenta em 5%, o dinheiro que você depositou também aumenta em 5%. Se a moeda diminui de valor, você perde dinheiro.

Influenciador Digital

Pode parecer muito fácil criar conteúdo. Agora você pode encontrar milhões de mini-blogs sobre uma variedade de tópicos, seja em blogs clássicos, em blogs de vídeo ou com foco em fotos. E, muitas vezes, subestimamos o trabalho que as pessoas colocam no desenvolvimento e publicação destes blogs. Mas na verdade, podemos encontrar muitas informações úteis nelas, embora nem sempre sejam apoiadas por fontes verificadas.

O que dizer sobre a monetização deste tipo de trabalho? É muito difícil. Para começar, o blogueiro tem que formar o público certo, que apoiará ativamente as publicações com gostos e comentários. Esta é a parte mais difícil, pois o público precisa encontrar o influenciador.

Mas apesar de todas as desvantagens, vale a pena fazer se você quiser levar sua mensagem para as massas. Não é por nada que muitos escritores, artistas e outros artistas usam blogs para educar o público enquanto promovem suas próprias marcas. E você pode fazer isso, vale apenas um pouco de prática, entender o básico e você pode ter sucesso.

Esperamos que este artigo tenha sido útil para você e em breve você poderá encontrar uma profissão remota de seus sonhos.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 01/07/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MSC CRUZEIROS VAI TER TERMINAL EXCLUSIVO NO PORTO DE BARCELONA

Informação: Panrotas (1 de julho de 2021)

A MSC Cruzeiros, com o MSC Grandiosa, foi a primeira armadora do mundo a voltar a navegar a partir do porto de Barcelona, na Espanha. O porto foi reaberto nesse último final de semana para cruzeiros internacionais.

A viagem que marcou a retomada é um cruzeiro de sete noites que fará escalas nos portos italianos de Gênova, Civitavecchia, próximo a Roma, Nápoles e Palermo, além de Valeta, em Malta. O CEO da MSC, Gianni Onorato, classifica Barcelona e seu porto como parte importante da rede de viagens que a empresa tem pela região. “Ver a cidade reabrir para os nossos hóspedes da Espanha e de outros países da Europa é extremamente gratificante. A inclusão de Barcelona foi muito bem-vinda ao número cada vez maior de portos que estão se abrindo para negócios após uma longa pausa nas operações. Como a primeira empresa a oferecer cruzeiros internacionais partindo da Espanha, temos certeza de que nossos hóspedes espanhóis desfrutarão da conveniência de embarcar em Barcelona aos sábados, e do popular itinerário que o MSC Grandiosa oferece no Mediterrâneo”, diz.

Ainda segundo o executivo, o porto de Barcelona é de grande importância para a posição da MSC Cruzeiros na Europa e, no início deste mês, a companhia recebeu a aprovação oficial para operar e administrar um terminal de cruzeiros exclusivo de 11,6 mil metros quadrados, com conclusão prevista para 2024.

Para que a volta fosse possível, a MSC Cruzeiros trabalhou em conjunto com as autoridades espanholas tanto centrais quanto locais, incluindo o Ministério da Saúde (Ministerio de Sanidad) e com os Portos do Estado (Puertos del Estado). O trabalho foi realizado para garantir que as medidas de saúde e segurança, implementadas como parte do reinício das operações, atendessem e superassem todas as regulamentações locais e nacionais, incluindo a testagem dos passageiros que desembarcam em Barcelona, com a realização de testes de antígeno dentro de 48 horas após o desembarque, ao final do cruzeiro.

MAIS PORTOS E NAVIOS

A partir do final de julho, o MSC Grandiosa adicionará outro porto espanhol importante ao seu itinerário: o porto de Valência, com embarques às sextas-feiras. Depois disso, o navio realizará escalas em Barcelona e nos portos italianos de Gênova, de La Spezia, próximo à Florença e Pisa, e de Civitavecchia, próximo a Roma.

O MSC Grandiosa é um dos navios mais avançados em termos ambientais da frota da MSC Cruzeiros, e possui sistema de redução catalítica seletiva de última geração, além de sistemas avançados de tratamento de águas residuais.

Mais portos serão reabertos nas próximas semanas na Europa, e o reinício gradual das operações da MSC Cruzeiros segue conforme planejado pela empresa, com seis navios operando neste verão do Hemisfério Norte no Mediterrâneo e no Norte da Europa.

O MSC Seaview iniciará cruzeiros no Mar Báltico, a partir do dia 3 de julho, do seu homeport em Kiel, na Alemanha, com itinerários de sete noites para a Suécia e a Estônia, e o MSC Seaside, a partir do dia 4 de julho, recomeçará oficialmente a realizar cruzeiros partindo de Marselha, na França.

O MSC Magnifica retomou as viagens na semana passada no Mediterrâneo Oriental, unindo-se ao MSC Splendida e ao MSC Orchestra na região. O MSC Virtuosa está operando desde o dia 20 de maio, em cruzeiros pelo Reino Unido, apenas para residentes locais.

O MSC Meraviglia retomará os cruzeiros pelo Caribe partindo de Miami, no dia 2 de agosto, e, o MSC Divina reiniciará os cruzeiros partindo de Port Canaveral, próximo a Orlando, na Flórida, a partir do dia 18 de setembro.

O MSC Seashore entrará em operação a partir de agosto, com viagens pelo Mediterrâneo Ocidental, e, em novembro, o mais novo navio da Companhia irá para Miami para uma temporada no Caribe.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 01/07/2021

TARCÍSIO: INVESTIMENTO EM FERROVIAS É FUNDAMENTAL PARA EQUILIBRAR MATRIZ DE TRANSPORTES

Em webinar promovido pelo Citi Brasil, ministro da Infraestrutura apresentou a investidores os próximos passos do programa de concessões



Crédito: Ricardo Botelho/MInfra

Diversificar a matriz de transportes com forte investimento em ferrovias é uma das metas destacadas pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, ao participar de 13ª edição da Equity Conference, webinar promovido pelo Citi Bank Brasil nesta quarta-feira (30). “Estamos retomando os investimentos no setor ferroviário, depois de tantos anos”, disse.

Um dos exemplos dados pelo ministro é Ferrogrão, corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte, ligando Sinop, no norte do Mato Grosso, até os portos de Miritituba, no Pará. O projeto conta com 933 quilômetros de extensão e nasce com “Selo Verde” por conta da sua preocupação ambiental.

Segundo o ministro, existe a possibilidade de o leilão da Ferrogrão ocorrer no segundo semestre. “Isso é fundamental para reequilibrar a matriz de transportes. Hoje a gente já conta com quase R\$ 30 bilhões contratados em investimentos privados para ferrovias”, destacou Tarcísio de Freitas.

PARTICIPAÇÃO – Tarcísio ressaltou aos investidores a necessidade de investimento privado para a infraestrutura brasileira evoluir. Desde 2019, já foram leiloados 70 ativos. A meta do governo federal é chegar a 2022 com R\$ 260 bilhões de investimentos contratados, pela duração dos contratos, e 100 empreendimentos concedidos.

“A gente precisava do capital privado, e conseguimos isso por meio de concessões e privatizações”, disse. Ainda para 2021 estão previstos o leilão da BR-163/PA, com investimento de R\$ 1,895 bilhão e quase 27 mil empregos gerados, terminais portuários em Macapá (AP), Maceió (AL), Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

*Fonte: GOV.BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 01/07/2021*

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

GOVERNO QUER POLÍTICA DE FLEXIBILIZAÇÃO DE TRABALHO PERMANENTE, CONFIRMA GUEDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou nesta quinta-feira, 1º de julho, que o governo pretende tornar permanente a política de flexibilização de trabalho, com a criação do chamado “seguro emprego”. “Nas próximas semanas, vamos anunciar medidas importantes que podem criar até 2 milhões de novos empregos, na faixa mais vulnerável da população, que são os jovens de 18 a 29 anos que estão sem trabalho e sem oportunidade de estudo. É onde o desemprego incide com maior força”, afirmou, em relação aos benefícios de inclusão e de capacitação, BIP e BIQ.

De acordo com o ministério, 3,485 milhões de trabalhadores seguiam com garantia provisória de emprego em maio graças às adesões em 2020 ou 2021 ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Bem).

Para cada mês de suspensão ou redução de jornada no ano passado, o trabalhador tem o mesmo período de proteção à sua vaga.

O programa foi relançado em abril pelo governo por mais quatro meses neste ano.

O mercado de trabalho formal brasileiro registrou um saldo positivo de 280.666 carteiras assinadas em maio, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, ao saldo do Caged é positivo em 1,233 milhão vagas.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro
Data: 01/07/2021*

CONFIANÇA EMPRESARIAL ATINGE MAIOR NÍVEL DESDE DEZEMBRO DE 2013

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu 4,3 pontos em junho, para 98,8 pontos, o maior nível desde dezembro de 2013. Após a terceira alta consecutiva, a média do segundo trimestre de 2021 superou a do trimestre anterior em 7,2 pontos. O dado foi divulgado hoje (1º) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre).

Segundo o superintendente de Estatísticas do FGV/Ibre, Aloisio Campelo, a alta da confiança empresarial reflete a continuidade da fase de retomada da economia, sob o comando da indústria,

que registra desde outubro de 2020 os maiores níveis médios de confiança desde 2011. Outro destaque das sondagens empresariais do FGV/Ibce em junho é o setor de serviços.

“Após a terceira alta expressiva seguida, a confiança do setor alcança o maior nível desde o início da pandemia. Ressalve-se que a recuperação desse setor continua ocorrendo de forma heterogênea, com os segmentos de serviços prestados às famílias avançando mais lentamente e sob influência ainda preponderante das expectativas. A aceleração do programa de vacinação é essencial para a normalização do nível de atividade deste segmento ao longo do segundo semestre”, avaliou Aloisio Campelo.

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) consolida os índices de confiança dos quatro setores cobertos pelas sondagens empresariais produzidas pelo FGV/Ibce: indústria, serviços, comércio e construção.

Segundo a FGV, a alta do ICE foi motivada pela melhora tanto das avaliações sobre o momento atual quanto das expectativas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual Empresarial (ISA-E) subiu 4,3 pontos, para 98,1 pontos. O Índice de Expectativas (IE-E) subiu 4,4 pontos, para 100,9 pontos, o maior nível desde fevereiro de 2020, na pré-pandemia da covid-19.

Todos os setores que integram o ICE registraram alta em junho, motivada tanto pela melhora das avaliações sobre o estado atual dos negócios, quanto das expectativas de curto prazo, com exceção do comércio nesse último caso. A indústria e o setor de serviços contribuíram com mais de 80% para a variação da confiança no mês.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 01/07/2021

PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL SOBE 17,7% E A DE PETRÓLEO CAÍ 1,4% EM MAIO ANTE ABRIL

A produção de gás natural no Brasil aumentou 17,7% em maio de 2021, em relação a abril, totalizando 135 milhões de metros cúbicos por dia (m3/d). Na comparação com maio de 2020, o crescimento foi de 2,4%, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A produção de petróleo no mês totalizou 2,932 milhões de barris por dia (b/d), redução de 1,4% com relação a abril e aumento de 6% na comparação com maio de 2020. Já a produção somada de petróleo e gás foi de 3,778 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d).

A produção do pré-sal foi de 2,129 milhões de barris diários de petróleo e 89,0 milhões de m3/d de gás natural, totalizando 2,689 milhões de boe/d. Houve uma redução de 2,6% em relação ao mês anterior e um aumento de 13,8% se comparada ao mesmo mês de 2020. A produção do pré-sal teve origem em 125 poços e correspondeu a 71,2% do total produzido no Brasil.

Em maio, o aproveitamento de gás natural foi de 97,8%. Foram disponibilizados ao mercado 57,9 milhões de m3/d. A queima de gás foi de 2,9 milhões de m3/d, um aumento de 2,4% se comparada ao mês anterior e um aumento de 6% se comparada ao mesmo mês em 2020.

O campo de Tupi (ex-Lula), no pré-sal da bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo e gás natural, registrando 891 milhões de b/d de petróleo e 41,1 milhões de m3/d de gás natural.

A plataforma Petrobras 77, produzindo no campo de Búzios por meio de cinco poços a ela interligados, foi a instalação com maior produção de petróleo, com 143.075 b/d.

A instalação Polo Arara, produzindo nos campos de Arara Azul, Carapaúna, Cupiúba, Rio Urucu e Sudoeste Urucu, por meio de 32 poços a ela interligados, foi a instalação com maior produção de gás natural, num total de 6,948 milhões de m3/d.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 01/07/2021

SE CÁLCULOS LEVAREM À ALTA DE TRIBUTAÇÃO, GOVERNO REDUZIRÁ ALÍQUOTAS, DIZ GUEDES

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou nesta quinta-feira que o governo pretende manter a neutralidade na reforma tributária. Ele voltou a defender a taxa de distribuição do lucro e dividendos com uma alíquota de 20%, conforme proposta enviada ao Congresso na semana passada. Por outro lado, sinalizou uma redução maior da tributação das empresas.

Guedes lembrou que esses rendimentos estavam isentos há 25 anos. “As pessoas com mais recursos no País não pagam esses impostos. Apenas 20 mil pessoas receberam R\$ 280 bilhões em isenções, depois não podem reclamar da distribuição de renda”, comentou. “Vai ter muita reclamação, mas estamos convencidos de que estamos no passo certo”, acrescentou.

Para o ministro, as empresas são engrenagens onde ocorre a criação de riquezas. Por isso, ele defendeu a redução progressiva da cobrança do Imposto de Renda sobre Pessoas Jurídicas (IRPJ). Pela proposta do governo, a alíquota do IRPJ cairia cinco pontos percentuais de 25% para 20% em dois anos, metade em 2022 e 2023.

“Enquanto o dinheiro estiver dentro da empresa, ele vira inovação, investimento e mais salários para os trabalhadores. O dinheiro da empresa deve ser cada vez menos tributado. A tributação deve ocorrer quando ele sai para a pessoa física”, argumentou.

Alíquotas

Guedes garantiu que se os primeiros cálculos da reforma apontarem um aumento da tributação efetiva, o governo irá reduzir as alíquotas.

Segundo ele, o governo estuda uma redução de 5 pontos percentuais (pp) a 10 pontos percentuais imediata nas alíquotas das empresas, desde que acabem isenções feitas para apenas poucas empresas.

“Estamos praticamente convencidos se em vez de 2,5pp podemos reduzir até 5pp. Removendo subsídios que valem para uma ou duas empresas poderemos ambicionar redução de 10pp para todos”, completou o ministro.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 01/07/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

COAF ESPERA REAVER AINDA NESTE ANO R\$ 5,86 MILHÕES PARA INVESTIMENTOS



Esses dados, analisados pelo Coaf, geram relatórios que subsidiam órgãos reguladores e de persecução penal (Imagem: Najara Araujo/Câmara dos Deputados)

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) espera reaver ainda neste ano R\$ 5,86 milhões para a atualização do software para análise de dados e elaboração de relatórios de inteligência.

A dotação foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro na sanção com cortes do atual Orçamento (Lei 14.144/21).

O secretário-executivo do Coaf, Jorge Luiz Alves Caetano, afirmou nesta quinta-feira (1º) que o órgão remanejou verba internamente. “Damos conta do recado hoje sem problemas”, disse, em audiência pública na Câmara dos Deputados. “Mas a atualização do sistema dará mais rapidez aos trabalhos”, ressaltou.

O debate na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara aconteceu a pedido do deputado José Nelto (Pode-GO), para analisar o impacto do veto para o Sistema de Controle de Atividades Financeiras (Siscoaf). Os deputados Lucas Vergílio (Solidariedade-GO) e Kim Kataguiri (DEM-SP) apoiaram o requerimento.

O Siscoaf recebe informações de pessoas e entidades obrigadas a adotar procedimentos especiais de prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

Esses dados, analisados pelo Coaf, geram relatórios que subsidiam órgãos reguladores e de persecução penal.

O deputado Elias Vaz (PSB-GO), que presidiu os trabalhos, criticou o corte nos investimentos do Coaf. “Fico estarecido com a negligência do governo, falam que combatem a corrupção, mas parece implicância”, comentou Vaz, citando investigação do órgão que envolveu familiares do presidente da República.

O Poder Executivo tem até 15 de outubro para enviar ao Congresso Nacional uma proposta de crédito adicional a fim de retomar investimentos no Coaf.

A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) já encaminhou a sugestão para a Junta de Execução Orçamentária (JEO), órgão de assessoramento direto a Bolsonaro.

Fonte: MoneyTimes

Data: 01/07/2021

ARGENTINA CONTRATA DRAGAGEM NO RIO PARANÁ ENQUANTO ELABORA LICITAÇÃO DE LONGO PRAZO

Por Reuters



O rio Paraná é administrado há 25 anos pela belga Jan de Nul, que continua na gestão com um contrato de 90 dias firmado em abril (Imagem: REUTERS/Agustin Marcarian)

A Argentina vai terceirizar a dragagem do rio Paraná, principal via de exportação de grãos do país, por um ano, enquanto o governo prepara uma concessão de longo prazo, de acordo com um decreto publicado nesta quinta-feira.

A Administração Nacional de Portos recebeu autoridade para que nos próximos 12 meses sejam fechados contratos de gestão da hidrovia, enquanto o Ministério dos Transportes avalia as propostas das empresas de dragagem para a concessão de longo prazo que se seguirá.

“A Administração dos Portos fará os contratos necessários para garantir a navegabilidade”, diz o decreto.

No próximo ano, será o Estado, e não a empresa de dragagem, que cobrará encargos dos navios que usam a hidrovia. Até então, a empresa de dragagem fazia a cobrança das taxas.

O decreto disse que haverá uma “eventual revisão de tarifas e/ou pedágios, levando em consideração a opinião dos usuários.”

Mas os líderes do setor privado afirmaram que são contra o aumento do papel do Estado no principal sistema de logística do país.

“Seria um grande erro o estado administrar diretamente a dragagem do rio. Não tem recursos econômicos ou técnicos para isso”, disse Gustavo Idigoras, chefe da Câmara das Empresas Exportadoras e Processadoras de Grãos CIARA-CEC.

O rio Paraná é administrado há 25 anos pela belga Jan de Nul, que continua na gestão com um contrato de 90 dias firmado em abril.

A Argentina é o terceiro maior exportador mundial de milho e o principal fornecedor de farelo de soja.

Cerca de 80% das exportações de grãos do país descem pelo rio Paraná, desde o cinturão agrícola dos Pampas até as rotas marítimas do Atlântico.

Fonte: MoneyTimes
Data: 01/07/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CÂMARA DA CRISE ELÉTRICA TERÁ SUA PRIMEIRA REUNIÃO NESTA QUINTA

Por epbr - 1 de julho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter, Política energética, Setor elétrico

Contato da redação - epbr@epbr.com.br

em jogo

O Ministério de Minas e Energia realiza nesta quinta (1º/7) a primeira reunião da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória 1055. É o gabinete interministerial da crise energética.

— Constam como atribuições da CREG a definição de diretrizes obrigatórias em “caráter excepcional e temporário” sobre armazenamento dos reservatórios das hidrelétricas, o estabelecimento de prazos para atendimento das medidas e a possibilidade de requisitar informações e subsídios técnicos aos agentes do setor elétrico.

— O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, vem repetindo em toda oportunidade que a necessidade de racionamento está descartada. Mas a versão inicial da MP previa essa possibilidade.

— O texto manteve, contudo, a possibilidade de contratação de energia elétrica ou de reserva de capacidade, por determinação da CREG.

— Além do MME, a Câmara será formada pelos ministérios do Desenvolvimento Regional, Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Meio Ambiente; Infraestrutura; e Economia.

— Embora a Agência Nacional das Águas (ANA), a Aneel, o Ibama, a EPE e o ONS façam parte da governança dos reservatórios e do setor elétrico, não terão poder de decisão na CREG. A MP dá poderes aos ministérios para fazer as deliberações finais.

A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados rejeitou o projeto que anularia a revisão das metas do RenovaBio, feita no ano passado.

— Em setembro, o governo reduziu em cerca de 50% as obrigações de compra de CBIOS em 2020. A curva de metas se aproxima da original ao longo da duração do programa, até 2030.

— Prevaleceu, na época, a proposta do MME. O mercado de distribuição se dividiu entre defesa de cortes maiores e menores.

— A proposta rejeitada na CME partiu de Alessandro Molon (PSB/RJ). Ainda precisa ser analisada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara e pode, eventualmente, ser discutida em plenário. Não é, contudo, um assunto tratado como prioridade na Câmara.

O ex-ministro da Agricultura Francisco Turra assumiu nessa quarta (30/6) a presidência do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), um dos grupos que representam o setor.

— Na terça (29/6), Turra e Erasmo Battistella, presidente anterior da associação e executivo no comando da BSBios, foram recebidos pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), acompanhados dos deputados Evair Vieira de Melo (PP/ES), José Medeiros (Podemos/MT) e Cláudio Cajado (PP/BA).

— “Solicitamos que o governo continue apoiando o biodiesel, inclusive com a implantação de uma política pública para os biocombustíveis avançados”, diz Battistella, em nota.

— Um dos temas na agenda do setor é a inserção dos novos biocombustíveis, como diesel verde ou HVO, na matriz de transporte. O assunto é discutido na ANP e no governo federal, e inclui a emissão de CBIOS pelos produtores dos biocombustíveis. E chegou na Câmara dos Deputados.

— Outra prioridade é a retomada da mistura obrigatória de biodiesel no diesel, prevista para 13% este ano, mas reduzida para 10%, em razão do preço.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse nesta quarta (30/6) que não tem conhecimento de nenhum veto definido pelo grupo que avalia a medida provisória da privatização da Eletrobras.

— “Isso ainda está em estudo, em análise por parte do governo. E aí não participa apenas o Ministério de Minas e Energia, mas diversos ministérios e uma análise jurídica da própria lei de conversão aprovada”, afirmou o ministro.

A Excelerate Energy recorreu de sua desclassificação na licitação para o arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia, o TR-BA.

— A proposta da empresa foi rejeitada pela Petrobras na semana passada, por conter condicionantes não previstas no edital. A comissão de licitação considerou que são “vícios insanáveis”, entendimento que a Excelerate Energy tenta reverter. Veja os detalhes.

A TechnipFMC fechou contrato de US\$ 250 milhões a US\$ 500 milhões com a Petrobras para fornecer árvores de natal molhadas e outros equipamentos submarinos para o campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Vai equipar poços dos FPSOs Búzios 6 a 9. Valor

O primeiro leilão de transmissão de 2021, promovido pela Aneel, contratou cinco lotes com previsão de investimento de R\$ 1,3 bilhão em seis estados – Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e Tocantins. A entrega varia de 36 a 60 meses.

— Foram arrematados 515 quilômetros (km) de linhas de transmissão e 2.600 megavolt-ampéres (MVA) de potência em subestações. O deságio médio obtido foi de 48,12%, com Receita Anual Permitida (RAP) total de R\$ 95 milhões.

— A grande vencedora do leilão foi a MEZ Energia, com dois dos cinco lotes. Energisa Transmissão, EDP Energias e Shanghai Shemar Power Holdings levaram um lote, cada.

Produtores de petróleo da OPEP+ se reúnem nesta quinta (1^o/7) para decidir o rumo do acordo de controle da produção. Investidores aguardam uma definição que deve girar entre os desejos das duas maiores potências do grupo: Arábia Saudita e Rússia. O aumento da cota gira em torno de 500 mil a 1 milhão de barris diários. Investing.com

— As commodities abriram em alta, e os contratos do Brent são negociados em valores próximos de US\$ 76. Nos EUA, o WTI, se aproxima de US\$ 75, com valorização próxima de 2%.

O dólar encerrou o mês de junho com desvalorização de 4,82%, o maior recuo mensal desde novembro do ano passado, quando tinha caído 6,82%. No trimestre, a moeda norte-americana caiu 11,62%. Agência Brasil

A Petrobras deve levantar R\$ 11,3 bilhões com a venda de suas últimas ações na BR Distribuidora. Os 37,5% remanescentes no capital da companhia foram precificados nessa quarta (30/6), e a operação deve ser concluída na sexta (2/7). A demanda pelos papéis foi mais de duas vezes superior à oferta, segundo a Folha.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 01/07/2021*

FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO DEMANDA MERCADO DE CARBONO

Por Nayara Machado - 30 de junho de 2021 - Em Diálogos da Transição, Transição energética

Apresentada por

Editada por Nayara Machado
nayara.machado@epbr.com.br

Alcançar as metas do Acordo de Paris e limitar o aumento da temperatura do planeta bem abaixo dos 2°C é um desafio que vai exigir grandes transformações no setor de energia.

Para Celso Fiori, gerente sênior de Advocacy da bp, a indústria já tem a resposta do que pode ser feito — melhorar a eficiência de processos, usar mais energia de baixo carbono, investir em preservação e restauração ambiental e remover carbono da atmosfera com as tecnologias de captura, armazenamento e uso de carbono (CCUS).

Mas a grande questão é como financiar.

“Uma questão é como isso vai ser financiado. Isso tudo tem um custo e não é baixo. Existem várias formas de financiar, mas tem uma em particular que, sem dúvida, é disruptiva: a precificação do carbono”.

Celso Fiori participou nesta quarta (30) do painel Soluções para abater e deixar de emitir carbono, parte da programação da série de webinars Diálogos da Transição promovida pela epbr.

Segundo o executivo, cumprir o compromisso de Paris vai depender da implementação de mecanismos de precificação de carbono “estáveis, confiáveis, de longo prazo, e que o recurso chegue no seu propósito fim”.

Dentre as diversas formas de precificação de carbono, o executivo destaca a estratégia de soluções baseadas na natureza, que faz parte do plano de descarbonização da companhia.

A discussão sobre esses mecanismos de precificação do carbono será o ponto central da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), marcada para novembro em Glasgow, na Escócia.

Natascha Trennepohl, advogada e sócia do escritório Trennepohl Advogados, explica que as expectativas são altas para a regulamentação do artigo 6º do Acordo de Paris no encontro.

“As expectativas para regulamentação do artigo 6º são altas porque ele traz diferenças nos mecanismos.

Existem mecanismos que vão ser negociações entre governos, créditos que poderiam ser utilizados para as NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas).

Há também um mecanismo de créditos que poderão ser usados entre empresas”.

De acordo com Natascha, um ponto que tem exigido maior discussão diplomática são os ajustes correspondentes, isto é, impedir a utilização do crédito no país que gerou e no país que comprou.

“É preciso ter uma forma de ajuste para não ter uma dupla contagem”, explica.

Brasil deve ter maior fôlego com mercado voluntário

Para Natascha, as exigências para descarbonização da economia são muito mais de mercado internacional do que regulatórias.

“Eu acho que a gente vai chegar lá, na exigência regulatória, mas o mercado tem sido bem mais exigente”.

A advogada conta que desde 2009 há uma expectativa de que o mercado de carbono engrene no Brasil e o desenvolvimento da iniciativa voluntária nos últimos dois anos trouxe um novo fôlego – mas um mercado regulado de carbono ainda deve demorar a acontecer no país.

“A gente tem visto, de uns dois anos para cá, um fôlego muito maior do mercado e da iniciativa voluntária. O mercado voluntário vem crescendo e atropelando os mercados regulados”, diz.

Ela vê o Brasil desenvolvendo um mercado voluntário inicial como uma forma de aprendizado.

Mais: Mercado de carbono está maduro e Brasil tem condições para neutralizar emissões até 2050, diz presidente do CEBDS - <https://epbr.com.br/mercado-de-carbono-esta-maduro-e-brasil-tem-condicoes-para-neutralizar-emissoes-ate-2050-diz-presidente-do-cebds/>

RenovaBio e propostas para mercado regulado

No Brasil, o RenovaBio criou o primeiro mercado regulado de créditos de carbono.

Voltado para o setor de combustíveis, o programa estabelece metas de redução de emissões de CO2 para distribuidores de combustíveis, que precisam adquirir créditos de descarbonização (CBIO) na B3.

Esses créditos são emitidos por produtores de biocombustíveis, a partir de uma análise do ciclo de vida da produção.

Cada CBIO equivale a uma tonelada de carbono que deixou de ser emitida. O preço médio do CBIO negociado até 22 de junho estava em R\$ 38,43.

No governo federal, com a saída de Ricardo Salles, Joaquim Leite assumiu o comando do Ministério do Meio Ambiente em meio a uma expectativa do mercado de impulso na agenda de negócios florestais.

Com uma ligação histórica com o agronegócio, Joaquim está no MMA desde julho de 2019 e ocupava o cargo de Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais.

É o responsável por tocar programas como o de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Floresta+, e as novas concessões de Florestas Nacionais localizadas na Amazônia.

O governo Bolsonaro fracassou nas iniciativas de conter a degradação florestal, com demonstrações de que nem sequer está disposto a manter a estrutura de fiscalização do Ibama.

Isso faz com que ambientalistas tenham ressalvas com o novo comando do ministério, já que a política, no fim das contas, é a do presidente Bolsonaro.

Joaquim Leite, contudo, foi um nome bem recebido pelo mercado. E aí, fala-se tanto do agronegócio exportador, quanto do mercado de energia. Sua proximidade com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, é vista como uma oportunidade de maior alinhamento entre as pastas...

...E a experiência do novo ministro em COPs passadas dá alguma esperança de melhora na interface entre as áreas do governo, que serão responsáveis por defender a proposta brasileira na conferência de Glasgow, em novembro.

Os dois principais programas que estavam sob responsabilidade de Joaquim – o pagamento por serviços ambientais e as concessões florestais, têm apoio de ambientalistas e empresários.

No legislativo, projetos tentam ampliar o mercado regulado de carbono.

O mais recente é do senador Weverton (PDT/MA), que pretende criar um marco regulatório para ativos financeiros associados à mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

A proposta do senador maranhense é a segunda tentativa de regulação para o mercado offset no legislativo este ano.

A primeira, do deputado Marcelo Ramos (PL/AM), institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

O PL chegou na semana passada à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, onde será relatada pela deputada Carla Zambelli (PSL/SP), presidida pela própria deputada.

A parlamentar tem um discurso próximo ao do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Zambelli assumiu a Comissão do Meio Ambiente da Câmara afirmando que o país é exemplo de sustentabilidade para o mundo – apesar de desmatamento recorde, Fundo Amazônia paralisado, militarização de órgãos ambientais entre outros pontos de alerta na gestão Bolsonaro.

Curtas

Cinco países asiáticos são responsáveis por 80% das novas usinas a carvão planejadas no mundo e 75% da capacidade de carvão existente. Neles, 92% das unidades de carvão planejadas serão antieconômicas, mesmo com os negócios normais, e até US\$ 150 bilhões podem ser desperdiçados. Conclusão faz parte de relatório do Carbon Tracker lançado esta semana.

A Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) afirma que cerca de metade do potencial hidrelétrico economicamente viável do mundo está inexplorado. Em relatório, agência considera

que é preciso desbloquear obstáculos da fonte de produção de eletricidade cujo crescimento está diminuindo. Agência Brasil

A geração distribuída solar atingiu marca histórica de 6 gigawatts (GW) de potência instalada no Brasil. Valor equivale a mais de um terço de toda a capacidade da usina hidrelétrica de Itaipu, segundo mapeamento da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).

A fabricante de celulose Suzano concluiu na segunda (28) a captação de US\$ 1 bilhão em Sustainability-linked bonds (SLB) atrelados a metas de diversidade de gênero e uso da água. A companhia se comprometeu a ter 30% dos cargos de liderança ocupados por mulheres até 2025. eubr

ANP lançou o Painel Dinâmico da Plataforma CBIO, com informações sobre geração de lastro necessário para emissão de Créditos de Descarbonização do RenovaBio. Também apresenta dados de escrituração e retirada de circulação de CBIOs, além das negociações publicadas no site da B3. ANP

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 01/07/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

PAÍS CRIA 280,6 MIL VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA EM MAIO, SEGUNDO CAGED

Dados foram divulgados nesta quinta-feira pelo Ministério da Economia

Por *Fernanda Trisotto*



Carteira de trabalho: governo divulga dados de emprego formal no Brasil Foto: CAMILA LIMA/FUTURA PRESS / Agência O Globo

BRASÍLIA – O Brasil registrou um saldo positivo de 280.666 vagas de emprego com carteira assinada no mês de maio. Com esse resultado, o país somou 1,233 milhão de postos nos cinco primeiros meses do ano.

Os números são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e foram divulgados nesta quinta-feira pelo Ministério da Economia. O resultado de maio é fruto de 1.548.715 admissões e de 1.268.049 desligamentos.

— Todas as regiões, todos os setores, todos os estados registrando criação de novos empregos. É bastante abrangente, é a economia brasileira se reerguendo. O mais importante é que setores que estavam muito fragilizados anteriormente, como serviços, estão criando empregos – afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Este é o primeiro mês sob efeitos da reedição do programa de manutenção do emprego e renda (BEm), que permite a suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada e salários, com um período subsequente de estabilidade no emprego.

A iniciativa voltou a vigorar em 27 de abril e, desde então, foram firmados 2.664.161 acordos de redução de jornada ou suspensão de contrato de trabalho em todo o país até o dia 26 de junho. Essa medida afetou 2.338.284 trabalhadores, de acordo com dados do governo.



ENTENDA A SUSPENSÃO DE CONTRATO E A REDUÇÃO DE JORNADA EM 15 PONTOS **1 de 15**

Prorrogação da MP 936 em 2021

A MP 936 autorizou a suspensão de contrato e redução de jornada e salário de empregados, com o objetivo de preservar empregos na pandemia. As medidas seriam válidas por 90 dias, mas foram prorrogadas até dezembro de 2020. Em abril de 2021, o governo editou a MP 1.045, que autorizou uma nova rodada do programa de suspensão e redução de jornada.

Como funciona a suspensão de contrato?

O trabalhador tem o contrato suspenso, e o governo paga o chamado Benefício Emergencial. Os valores desse complemento são calculados com base no seguro-desemprego a que o funcionário teria direito, caso fosse demitido. Variam, portanto, de acordo com o salário que funcionário recebia antes da suspensão.

Como funciona a redução de jornada?

As empresas podem reduzir salário e jornada dos funcionários em 25%, 50% e 70%. Cortes diferentes destes têm de ser feitos por acordo coletivo. O governo paga um complemento, o chamado Benefício Emergencial, ao empregado. O valor desse complemento varia conforme o salário do funcionário e o percentual de corte, tendo por base o seguro-desemprego.

Como fica o salário do trabalhador?

O trabalhador vai receber a remuneração proporcional do empregador mais a complementação do governo. O repasse do governo, não necessariamente, vai repor todo o salário, porque o valor do seguro-desemprego não é equivalente ao salário que o empregado recebe na ativa.

Como o governo vai compensar perdas de quem for afetado?

O governo oferece uma compensação calculada de acordo com o valor do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito se fosse demitido e à redução de jornada. O valor do seguro-desemprego varia entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84. Sobre esse montante, incide o percentual de redução de jornada.

Como deve ser o acordo?

Os termos do acordo, tanto os novos quanto os já realizados, podem ser encaminhados pelas empresas por meio do site e aplicativo Empregador Web. É preciso informar o número da conta bancária de cada funcionário, e esta não pode ser conta corrente. Para renovar os prazos dos acordos, as empresas precisam renegociá-los com os empregados e informar o governo.

Quem pode aderir à suspensão ou redução de jornada?

Esse regime pode ser adotado por micro, pequenas, médias e grandes empresas. Mas é restrito a companhias privadas, não valendo para as de economia mista, como a Petrobras, ou 100% controladas pelo Estado, como Infraero.

O empregado pode ser demitido após o fim do acordo?

Não. Há um período de estabilidade no emprego que deve ser igual ao período em que vigorou o corte de salário ou suspensão de contrato. Se a redução salarial durou dois meses, o funcionário tem mais dois meses de trabalho. Depois, pode ser demitido, com direito a seguro-desemprego. Se for demitido durante o período de estabilidade, receberá indenização, além das verbas rescisórias.

Vale para trabalhador com contrato intermitente?

Sim. Se esse trabalhador tiver mais de um empregador, receberá a compensação de cada um que reduzir a jornada.

Vale para trabalhadores domésticos?



Sim. A redução pode ser de 25%, 50% ou 70%. O pagamento da remuneração será proporcional à redução. Poderá haver suspensão do contrato também. Neste caso, o trabalhador doméstico tem direito a 100% do seguro-desemprego.

Como fica o cálculo da contribuição para o FGTS?

A base de cálculo para o FGTS será o salário reduzido, sem o acréscimo do seguro-desemprego. E o trabalhador não terá direito a sacar o Fundo. Em caso de suspensão do contrato, não haverá recolhimento.

E o pagamento de décimo terceiro proporcional?

Durante o período de suspensão do contrato, a contagem da proporcionalidade do 13º salário fica interrompida. Assim, não serão considerados os meses de suspensão. No caso da redução de jornada, os advogados dizem que o cálculo do 13º continuará sendo feito com base no salário contratual ou seja, no salário cheio.

Qual o efeito sobre férias?

No caso da suspensão, há o entendimento de que o período aquisitivo das férias também fica suspenso. Se as férias venceriam em março, mas no ano passado ele ficou cinco meses em suspensão de contrato, ele terá que esperar mais cinco meses neste ano para poder gozar as férias. No caso de redução de jornada, o período não muda, mas o valor será reduzido.

Como ficam benefícios?

Planos de saúde e odontológico devem ser mantidos tanto em caso de redução quanto de suspensão de contrato, assim como o vale-refeição. Previdência privada e auxílios creche e funeral também são mantidos. Se não houver deslocamento do empregado para trabalhar, não é devido o vale-transporte.

Como ficam as gestantes?

A nova MP estabelece que o período de garantia de emprego da funcionária gestante começará a contar a partir do quinto mês após o parto, ou após período de volta da licença-maternidade. Durante a licença, as gestantes terão a manutenção integral do salário-maternidade na redução de jornada e na suspensão de contrato.

Para o secretário de Previdência e Trabalho, o desempenho do Caged é fruto das ações adotadas pelo governo, como o BEm, que impactaram na consolidação da geração de emprego formal, que vai afetar também o mercado informal.

— Quanto mais utilizarmos o BEm, obviamente mais pessoas estarão protegidas. Mas a redução da sua utilização mostra que o mercado está voltando sozinho. É esse nosso objetivo: deixarmos a todos os empresários e a todos os empregados uma caixa de ferramentas, um leque de possibilidades, para que se utilizem, se necessário for. Mas quanto menos elas são utilizadas, mais é a certeza de que estamos no caminho certo, que estamos gerando e preservando empregos, empresas e empresários – afirmou.

Segundo Bianco, o governo não descarta, em caso de necessidade, ampliar a vigência do programa, mas não é algo que está no radar neste momento.

Avanço no setor de serviços

De acordo com os dados do Caged, mais uma vez todos os setores da economia tiveram avanços na geração de emprego, com destaque para serviços. O setor foi responsável por quase metade das vagas geradas em maio, tendo saldo de 110.956 postos.

Na sequência veio o comércio, com 60.480 vagas criadas. Essas atividades foram mais afetadas pela pandemia da Covid-19 e vêm apresentando reação mais forte neste ano.

A indústria e a agricultura tiveram desempenhos similares. O saldo de empregos industriais foi de 44.146, enquanto as atividades agrícolas somaram 42.256 postos formais. A construção teve saldo de 22.611 empregos formais.

No mês de maio, todos os estados brasileiros também registraram saldo positivo na geração de empregos formais. São Paulo foi o estado que mais gerou vagas, com 104.707 postos. Na sequência, aparecem Minas Gerais (32.009 postos) e Rio de Janeiro (17.610 vagas).

Caged X Pnad

O resultado do Caged segue contrastando com o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE. Os dados, divulgados na quarta-feira, apontam que a taxa de desemprego no Brasil foi de 14,7% no trimestre encerrado em abril, mantendo o maior nível da série histórica iniciada em 2012. O número de desempregados chegou a 14,8 milhões.

A Pnad considera vagas formais e informais e apresenta dados trimestrais. Já as informações do Caged refletem números mensais apenas de empregos formais.

Enquanto a pesquisa do IBGE investiga todos os tipos de ocupação, nos mercados formal e informal, além de empresários e funcionários públicos, o Caged só considera aqueles que trabalham com carteira de trabalho assinada.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/07/2021

CRIAÇÃO DE IMPOSTO GLOBAL SOBRE MULTINACIONAIS RECEBE APOIO DE 130 PAÍSES

Representantes de nações da OCDE estiveram reunidos hoje, em Paris, e endossaram o acordo. Plano para implementar taxa de 15% será detalhado até outubro

Por O Globo, com agências internacionais

PARIS — A maior parte dos países que negociam a criação de um imposto global de 15% sobre as multinacionais apoiou a proposta nesta quinta-feira, após dois dias de negociações. Segundo comunicado da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgado há pouco, 130 das 139 nações e jurisdições envolvidas nas conversas deram seu aval. Esses 130 países representam 90% do PIB mundial.

A taxa será aplicada a grandes empresas com operações em vários países, independentemente de onde estão instaladas suas sedes. Isso inclui as chamadas 'big techs' como Google, Facebook, Apple e Amazon.

A proposta havia sido previamente aprovada na reunião do G-7 no início do mês e deve ser endossada em encontro de ministros de Finanças do G-20 na próxima semana, em Veneza. A implementação será detalhada em um plano conjunto que deve ser concluído em outubro.

"Depois de anos de trabalho e negociações intensas, este pacote histórico de medidas garantirá que as grandes empresas multinacionais paguem sua parte justa de impostos em todo o mundo", declarou o secretário-geral da OCDE, Mathias Cormann, em um comunicado.

Um pequeno grupo de países, entre eles Irlanda e Hungria, muito relutantes em relação ao acordo que estava sendo negociado, não assinou a declaração. Por outro lado, vários países-chave cuja decisão era uma incógnita concordaram com o comunicado, incluindo Índia, China e Turquia.

Os detalhes técnicos podem deixar espaço para mais concessões às economias em desenvolvimento.

O acordo poderia significar a implementação já em 2023 de regras que reduziriam a evasão fiscal, fazendo com que as empresas multinacionais pagassem uma taxa efetiva de "pelo menos 15%" e proporcionassem aos países menores mais receita tributária de empresas estrangeiras.

A secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, celebrou um "dia histórico para a diplomacia econômica", enquanto seu colega alemão, Olaf Scholz, saudou "um passo colossal em direção a uma justiça tributária maior" e que permitirá aos países aumentar o investimento em infraestrutura e os esforços para combater a mudança climática.

Para o ministro da Economia da França, Bruno Le Maire, é "o mais importante acordo tributário internacional alcançado no último século".

Os pilares do acordo

O acordo endossado nesta quinta tem dois pilares. O primeiro deles prevê a tributação dos ganhos das maiores multinacionais de uma forma considerada "mais justa", realocando as receitas do país de origem das empresas para as nações onde elas vendem seus produtos e serviços.

Projeções da OCDE apontam que US\$ 100 bilhões em ganhos serão redistribuídos. Em tese, essa medida afetaria justamente as 'big techs', cujos ganhos cresceram muito na pandemia. Foi uma demanda europeia, que tem travado uma batalha com as gigantes de tecnologia americanas.

O segundo pilar é a criação de um imposto mínimo global, com objetivo de se evitar a transferência de empresas para outros lugares onde os tributos são reduzidos, como Irlanda e Países Baixos, e a consequente perda de arrecadação.

A ideia é reduzir essa disparidade e preservar a receita com impostos nos países de origem, que têm enfrentado dificuldade para investir em serviços públicos e infraestrutura em plena pandemia.

Essa parte do acordo foi defendida originalmente pelos EUA, que quer aumentar a taxa sobre as empresas para financiar o plano trilionário de recuperação econômica de Joe Biden.

"Este plano de dois pilares será de grande ajuda para os países que precisam mobilizar as receitas fiscais necessárias para restaurar suas finanças e orçamentos públicos, ao mesmo tempo que investem em serviços públicos essenciais, infraestruturas e nas medidas necessárias para uma recuperação robusta e sustentável após a crise" do coronavírus, acrescentou a OCDE em seu comunicado.

Após o anúncio do acordo, o desempenho de ações das empresas de tecnologia na Bolsa era misto.

Por volta de 14h15, no horário de Brasília, as ações da Amazon, negociadas em Nasdaq, cediam 0,68%. Quem também registrava perdas era a Apple, com baixa de 0,58%.

Os papéis do Facebook subiam 0,51% e os da Alphabet, empresa que controla o Google, 0,25%.

O amplo acordo desta quinta-feira evita outro tropeço que poderia ter sido fatal para os esforços para reformular as regras tributárias, dada apenas uma pequena janela de oportunidade para obter um acordo global aprovado pelo Congresso dos EUA e outros parlamentos nacionais.

Documento da OCDE traz alterações

Resolver a questão tornou-se cada vez mais urgente para a economia mundial depois que divergências sobre a tributação das empresas de tecnologia e a definição de uma taxa mínima geraram tensões comerciais no ano passado. A promessa de quase US\$ 150 bilhões em receita extra para os governos também ajudou que os países endossassem o acordo, já que a maioria dos países enfrenta enormes déficits orçamentários na esteira da pandemia Covid-19.

A dificuldade que os defensores do acordo enfrentaram era fazer com que as nações em desenvolvimento concordassem com os pontos inicialmente negociados pelo G-7. O pequeno clube de economias ricas, incluindo EUA, Reino Unido e França, concordou, em Londres, no mês passado sobre um esboço geral dos dois pilares das negociações da OCDE: um mecanismo de compartilhamento de direitos para tributar “pelo menos 20%” dos lucros acima da margem de 10% das maiores multinacionais; e um imposto corporativo mínimo de pelo menos 15%.

Tal como está, o documento da OCDE divulgado nesta quinta-feira inclui algumas alterações nessas propostas, dizendo que o montante do lucro a ser realocado deve ficar entre 20% a 30% do lucro residual acima de uma margem de 10%, potencialmente aumentando os ganhos para as economias menores.

Também especifica que as empresas com receita acima de € 20 bilhões (US\$ 24 bilhões) estarão sujeitas às novas regras de tributação. Em uma concessão para economias menores, o Quadro Inclusivo concordou em revisar os termos após sete anos e reduzir o limite para € 10 bilhões.

As economias menores também se beneficiarão de um limite inferior para permitir que elas tributem as multinacionais, de acordo com os termos da OCDE.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 01/07/2021

NÍVEL DOS RESERVATÓRIOS DE SUDESTE E CENTRO-OESTE EM JUNHO É O MAIS BAIXO PARA O MÊS DESDE 2001

Operador Nacional do Sistema Elétrico já prevê que julho termine ainda pior que 20 anos atrás, quando o país enfrentou um racionamento de energia

Por Manoel Ventura



Usina Hidrelétrica de Marimondo, localizada na divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Situação da represa é retrato de crise hídrica no Centro-Sul do país
Foto: Ferdinando Ramos / Agência O Globo

BRASÍLIA — Os reservatórios de hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste chegaram ao fim de junho com o armazenamento médio mais baixo para o mês desde 2001, ano em que o país enfrentou um racionamento de energia. Os dados são do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e foram compilados pelo GLOBO.

O armazenamento médio nas duas regiões ao fim de junho deste ano era de 29%. Em 2001, na mesma época, o nível médio dos reservatórios era de 28,7%. A diferença é de apenas 0,3 ponto percentual.

Além disso, o ONS já espera que julho se encerre com um nível de armazenamento para o Sudeste/Centro-Oeste piores que 2001. O órgão calcula que as barragens dessas regiões devem terminar este mês com 26,6% da capacidade de armazenamento. Em 2001, o mês de julho terminou com 26,8% de volume de água dos reservatórios.

O país está passando por um período em que os níveis de água dos reservatórios estão bastante próximos ao de 20 anos atrás.

CONTA DE LUZ NÃO PARA DE SUBIR? SAIBA COMO ECONOMIZAR - 1 de 7

Para economizar, ligue o aparelho apenas quando for dormir e desligue logo ao acordar. Uma opção é usar a função sleep, disponível em alguns modelos. Outro cuidado é manter o

ar-condicionado em temperatura adequada. Especialistas recomendam 23°C. Não é preciso colocar temperatura muito baixa, para não gastar muita energia. Foto: Pixabay

Em uma família com quatro pessoas, o uso do chuveiro elétrico corresponde a cerca de 25% da conta de luz. Para economizar, evite banhos muito longos e dê preferência a usar o chuveiro no modo verão, que economiza até 30% de energia Foto: Pixabay

Quando a porta fica muito tempo aberta, o motor funcionará mais, gastando mais energia. É importante também manter a borracha de vedação da porta da geladeira em bom estado. Ao viajar, uma opção é esvaziar a geladeira e desligá-la da tomada. Foto: Pixabay

A substituição de lâmpadas incandescentes pelas de LED pode gerar uma redução de 75% a 85% no consumo de energia. Além disso, essas lâmpadas duram mais. Em relação às lâmpadas fluorescentes, a economia é de cerca de 40% Foto: Pixabay

Dê preferência a lavar uma grande quantidade de roupas, para economizar água e energia. Evite colocar muito sabão, para não ter de enxaguar duas vezes. Na hora de passar, a melhor opção é juntar roupas e passar uma grande quantidade de uma vez. Desligue o ferro quando for interromper o serviço. Use a temperatura indicada para cada tipo de tecido e comece pelas roupas mais leves. Foto: Pixabay

O uso do ventilador de teto durante 8 horas por dia gera um gasto de apenas R\$ 18 por mês. Mesmo assim, é importante evitar deixar o aparelho ligado quando não houver ninguém no cômodo. Na hora de comprar, lembre-se que quanto maior o diâmetro das hélices, maior o consumo de energia. Foto: Pixabay

No caso dos eletrônicos, a recomendação é desligar o televisor e os videogames quando ninguém tiver usando. Retirar os aparelhos da tomada também ajuda a poupar energia. Foto: Arquivo

Metade da capacidade de armazenamento

As regiões Sudeste e Centro-Oeste concentram mais da metade da capacidade de armazenamento do setor elétrico nacional e são represas que costumam ficar com níveis mais altos ao longo do ano. Elas são usadas para "regularizar" o sistema, ou seja, garantir o fornecimento de energia mesmo nos momentos de seca.

Esses reservatórios também estão próximos dos principais centros de consumo e há limites de transmissão de energia entre o Norte e Nordeste para o Centro-Sul. Por isso, o nível da água do Sudeste/Centro-Oeste é o que mais preocupa o governo.

Mesmo que as hidrelétricas do Norte e do Nordeste tenham níveis melhores de armazenamento, nem tudo que é gerado pode ser transmitido para o restante do país.

O governo nega risco de um novo racionamento. Entretanto, admite a gravidade da situação, já emitiu alerta de risco hídrico e anunciou medidas para evitar escassez de energia. Uma medida provisória (MP) publicada nesta semana permite centralizar a gestão da crise no Ministério de Minas e Energia (MME) e também criar um comitê de crise.

A queda no nível dos reservatórios também provoca o encarecimento das tarifas de energia no país porque, para garantir o suprimento de eletricidade, o governo aciona usinas termelétricas, que são mais caras — além de poluentes.

Reajusta na cota extra

Nesta semana, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) subiu o valor da bandeira vermelha 2 (a mais alta do sistema) de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

E estuda uma nova alta para agosto ou setembro, quando a bandeira pode chegar a R\$ 11,50. A bandeira vermelha 2 está em vigor desde o mês passado e deve continuar até pelo menos novembro, quando tem início o período úmido.

Depois do racionamento de 2001, o Brasil promoveu a diversificação do sistema elétrico, ou seja, investiu em diferentes fontes de geração de energia, como a térmica, a eólica e a solar.

É essa diversificação, especialmente o parque de usinas termelétricas, que dá hoje mais segurança ao sistema e permite que o país atenda à demanda por energia. A interligação do sistema também deu segurança ao processo.

O governo vem tomando uma série de medidas, como privilegiar o uso dos reservatórios para a geração de energia (e reduzir a vazão da água para outros fins).

O Ministério de Minas e Energia também prepara de mais usinas térmicas no sistema, além de negociar com operadores a inauguração de usinas de geração de energia e também de linhas de transmissão de energia.

Numa tentativa de atuar pelo lado da demanda, o governo negocia com a indústria a redução do consumo no horário de pico (entre 12h e 18h), em troca de desconto nas contas de luz.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/07/2021

GUEDES DIZ QUE PODE DOBRAR CORTE DE IMPOSTO PARA EMPRESAS SE 'DOIS OU TRÊS' SUBSÍDIOS FOREM REMOVIDOS

Segundo ministro, redução no IRPJ pode ser de 10 pontos percentuais, em vez dos 5 pontos inicialmente previstos

Por Fernanda Trisotto



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Edu Andrade / Ministério da Economia

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quinta-feira que o governo estuda uma redução do Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (IRPJ) de 10 pontos percentuais, a vigorar imediatamente, caso sejam removidos “alguns” subsídios específicos que beneficiam poucas empresas e setores.

— Nós estamos reavaliando isso, e já estamos praticamente convencidos, que em vez de 2,5 (pontos percentuais), podemos reduzir até 5 p.p. o imposto de renda das empresas. Mas se tivermos a coragem de remover dois, três, quatro grandes subsídios, podemos ir até uma redução de 10 pontos percentuais — afirmou Guedes durante a coletiva de apresentação dos dados de emprego formal de maio.

A proposta de alteração do Imposto de Renda, que inclui a revisão da tabela para pessoa física, implica na tributação de lucros e dividendos em 20% e na redução do imposto de renda para as empresas.

Inicialmente, a proposta prevê uma redução de 2,5 p.p. em 2022 e mais 2,5 p.p. em 2023, mas o próprio ministro já havia sinalizado a possibilidade de uma redução de 5 p.p. já em 2022 após receber fortes críticas do setor produtivo, que alegou aumento da carga tributária.

— Não temos compromisso com erros. Se os primeiros cálculos e as doses que nós calculamos resultaram em aumento de tributação efetiva, nós reduziremos as alíquotas — afirmou.

O ministro acrescentou que o governo quer sinalizar ao país que haverá redução dos impostos para empresas e que esse percentual está sendo calibrado a depender da "coragem" do remover subsídios:

— Se desarmarmos um lobby, podemos reduzir o imposto de renda de pessoa jurídica para o Brasil inteiro. Se desarmarmos dois ou três lobbies, reduzimos mais fortemente ainda o imposto de renda de pessoa jurídica para o Brasil inteiro. Para todas as empresas brasileiras, exatamente para que não haja esse aumento de carga tributária. Qualquer aumento que houver no mesmo momento nós ou tiramos um subsídio ou compensamos de outro lado.

Guedes disse que o principal compromisso do governo é com a neutralidade da reforma, que não será usada para aumentar a arrecadação. Em relação às críticas sobre a tributação de dividendos, e como isso afetaria as empresas, ele frisou que a alíquota proposta vai incidir sobre a pessoa física e que não se deve misturar com a relação empresarial.

— O dinheiro dentro da empresa deve ser cada vez menos tributado. Quando ele sai para a pessoa física, aí sim é que deve haver essa tributação. É natural, vai ter muita reclamação, mas nós estamos convencidos que estamos dando o passo certo. O que nós estamos fazendo claramente é o seguinte: tributamos os rendimentos de capital e vamos reduzir para as empresas e os assalariados – disse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/07/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PETROBRAS EMBOLSA R\$ 11,4 BILHÕES E SAI DE VEZ DO CAPITAL DA BR DISTRIBUIDORA

Por Fernanda Guimarães



Posto de gasolina da BR Distribuidora; Petrobras não é mais acionista

Imagem: Marcio Roberto Dias/Agência Petrobras

São Paulo - A rede de postos de combustíveis BR Distribuidora, historicamente ligada à Petrobras, não tem mais a estatal como sócia. A petroleira encerrou ontem a venda dos 37,5% que ainda detinha na empresa por meio de uma oferta subsequente de ações (follow-on) na B3, a Bolsa brasileira. A operação, que movimentou R\$ 11,36 bilhões, é a maior deste ano até aqui. A oferta veio para encerrar um processo de venda das ações da BR que começou há cerca de quatro anos. A privatização de fato da empresa ocorreu em 2019, quando a petroleira deixou o controle do negócio.

Na oferta desta quarta-feira, 30, que contou com a participação relevante de investidores estrangeiros, a ação da BR Distribuidora foi fixada em R\$ 26, conforme fontes – pequeno desconto em relação ao fechamento do papel no pregão de ontem, que se encerrou em R\$ 26,68, após alta de 1,44%. Ao preço estabelecido, a demanda dos investidores superou a oferta em cerca de 100%, segundo apurou o Estadão com fontes de mercado.

Nessa oferta de ações nenhum dinheiro foi para o caixa da empresa, visto que a oferta foi apenas secundária, aquela em que o acionista vende suas ações e precisa ser recompensado. A transação foi coordenada pelos bancos Morgan Stanley, BofA, Citi, Goldman Sachs, Itaú BBA e JP Morgan, além da corretora XP.

Agora com o capital completamente pulverizado na Bolsa brasileira e sem a presença de um sócio do setor público, a expectativa do mercado está em torno dos ganhos com a nova gestão da BR Distribuidora, que está sob o comando de Wilson Ferreira Júnior, que assumiu o leme em março, depois de deixar a Eletrobras.

Com novo perfil, a empresa tende a ganhar musculatura para manter a disputa pelo primeiro lugar nesse mercado. Conforme o último boletim de abastecimento, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a BR possui cerca de 23% de participação, seguida de perto da Raízen (20,5%) e da Ipiranga (19,3%).

A saída da Petrobras do capital da distribuidora de combustíveis tem sido bem recebida por analistas, já que na visão do mercado retira qualquer risco político em torno da empresa, além de ampliar as expectativas de que o negócio se modernize mais rapidamente. “A saída da estatal desvincula, em parte, a BR dos riscos oriundos de seu atual acionista majoritário”, comenta Ilan Arbetman, analista de pesquisa da Ativa Investimentos.

Já analistas do Credit Suisse apontam que as perspectivas para a BR são positivas, na esteira da recuperação econômica, que deve ficar ainda mais em evidência com o avanço da vacinação, segundo relatório. Os analistas veem o preço-alvo para a ação da BR a R\$ 43, potencial valorização de mais de 60% ante o fechamento de ontem.

A BR Distribuidora possui cerca de 8 mil postos de serviços e 1,1 mil lojas de conveniência da marca BR Mania. No processo de transição energética, a expectativa é de que a companhia passe a atuar em outros mercados, como comercialização de energia elétrica, gás natural e etanol.

Longa despedida

A largada para a Petrobras vender as ações de sua própria distribuidora de combustíveis se deu no fim de 2017, momento em que a BR fez sua oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) – na época, a estatal vendeu 30% de sua participação, em transação que movimentou R\$ 5 bilhões.

Em 2019, veio uma nova oferta, quando a Petrobras vendeu mais 30% da BR, uma operação dessa vez de R\$ 8 bilhões. Com os R\$ 11,4 bilhões movimentados ontem, a estatal colocou R\$ 24,4 bilhões no caixa ao se desfazer da área de distribuição.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/07/2021

EM MEIO À PANDEMIA, INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA É O MENOR DESDE 2000

Participação do setor no PIB recuou para 1,55% no ano passado, indica estudo; expectativa é de que novos leilões, como os de saneamento, elevem essa fatia para 2% em 2022

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo



Realizado neste ano, leilão da Cedae foi um dos grandes avanços do setor de infraestrutura. Foto: Wilton Júnior/Estadão

A pandemia da covid-19 derrubou a participação dos investimentos em infraestrutura no Produto Interno Bruto (PIB) para o menor patamar, pelo menos, desde 2000. O desempenho começou a piorar a partir de 2013, se intensificou com a Operação Lava Jato e com a crise fiscal brasileira e alcançou o auge no ano passado, com o avanço do coronavírus no País.

Os dados constam do Relatório Infra2038 – uma publicação anual que busca avaliar as condições para o avanço da infraestrutura brasileira como pilar da competitividade global. O movimento surgiu em

agosto de 2017 no encontro anual de líderes da Fundação Lemann. Desde então, tem medido os constantes retrocessos do setor.

De acordo com o relatório, no ano passado o País somou R\$ 115,8 bilhões em investimentos no setor, ou 1,55% do PIB – queda de 5,4% em relação a 2019, quando o País ocupava a 78.º lugar no ranking mundial de competitividade.

Para chegar ao 20.º lugar até 2038, que é o objetivo desse movimento, o Brasil teria de investir cerca de R\$ 339 bilhões por ano até esse período. Isso significaria ganhar três posições por ano no ranking de competitividade do Fórum Econômico Mundial. Os investimentos teriam capacidade para gerar 9,2 milhões de empregos até 2038.

Apesar da queda nos investimentos no ano passado, é possível que o Brasil ganhe algumas posições no ranking mundial. Isso porque os investimentos em todo o mundo recuaram por causa da pandemia, diz o membro do comitê executivo do Infra2038 Frederico Turolla, sócio da consultoria Pezco Economics.

Outro motivo foram alguns leilões feitos no ano passado, que devem se converter em investimentos futuros. “O ranking é baseado em cobertura física e percepções, com peso igual. Vários leilões de grande magnitude foram realizados e tiveram sucesso, e isso coloca a infraestrutura no centro da pauta dos investidores e das empresas”, segundo o relatório.

Saneamento

Para Joisa Dutra, outra conselheira do Infra2038, os sinais positivos vêm do saneamento básico. “O País tem tido sucesso em atrair investidores para esse setor que é extremamente carente de melhorias. A crise da pandemia foi custosa sobretudo para quem é privado desses serviços.” Segundo ela, o foco da agenda atual é fechar o gap de água e esgoto no País. Um dos grandes avanços veio do megaleilão da Cedae, realizado no fim de abril e que exigirá investimentos da ordem de R\$ 25 bilhões nos 35 anos de contrato.

Até o fim do primeiro semestre do ano que vem, outros cinco leilões de saneamento – cujos estudos estão sendo feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – devem ser realizados. No total, são R\$ 17 bilhões em investimentos para universalizar e modernizar os serviços de água e esgoto para 10,4 milhões de pessoas.

“Temos plenas condições de atrair novos investidores privados para adequar a prestação de serviço e aumentar o número de pessoas atendidas”, diz Joisa. Ela destaca que o setor de energia elétrica também tem grandes possibilidades de elevar os investimentos, sobretudo em energia eólica e solar. A expansão solar até agora veio da microgeração, diz ela, mas o País terá um aumento do número de projetos maiores.

Com base nessas expectativas e a realização de vários leilões neste ano, a previsão é que os investimentos em infraestrutura cresçam 18% neste ano, recuperando a participação de 1,69% do PIB de 2019. O maior crescimento deve ser verificado em saneamento básico e transportes – nesse caso, impulsionado pela construção do novo trecho da Ferrovia Norte Sul, pelo leilão da Ferrovia Oeste-Leste e pelas renovações de concessões, que envolvem alguns bilhões de investimentos como contrapartida.

“Como a recuperação está se mostrando forte em vários setores, e considerando o efeito dos leilões já realizados e das reformas setoriais, é provável que já em 2022 o investimento em infraestrutura chegue ao nível de 2% do PIB”, segundo as projeções do relatório.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/07/2021

'O SISTEMA FINANCEIRO VAI SER MUITO DIFERENTE DO QUE É HOJE', DIZ DIRETOR DO BC

Para João Manoel Pinho de Mello, as mudanças em curso no setor, como a multiplicação de fintechs, o Pix e o open banking vão ampliar a competição e o acesso aos serviços de pagamentos e ao crédito, com juros mais baixos

Por José Fucs, O Estado de S.Paulo

O economista João Manoel Pinho de Mello, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, está à frente das principais inovações que estão sendo implementadas na área bancária no País, como o Pix e o chamado open banking, consolidadas na Agenda BC# (lê-se BC hash). Ele é responsável também por acompanhar com lupa a atuação das fintechs – os novos empreendimentos de crédito e de pagamentos que estão se multiplicando por aí e aumentando a concorrência no setor – para garantir segurança e confiabilidade ao sistema.

Nesta entrevista ao Estadão, Pinho de Mello faz uma avaliação do impacto dessas mudanças no mercado financeiro e diz que o objetivo final é que os cidadãos e as empresas tenham acesso a serviços de pagamentos eficientes e baratos, a crédito com juros mais baixos e a produtos de investimento de alta rentabilidade, para potencializar a capacidade de poupança da população, especialmente nas faixas de renda mais baixas, que hoje têm poucas opções para aplicar o pouco dinheiro que eventualmente lhes sobra.

Ele também responde às críticas dos bancos contra o que consideram como “assimetria regulatória” das fintechs em relação às obrigações que têm de cumprir. Segundo Pinho de Mello, tudo isso vai mudar de forma considerável o perfil do sistema financeiro no País. “Eu não sei como vai ser (dentro de cinco ou dez anos), mas será uma coisa muito diferente do que é hoje”, afirma.



O economista João Manoel Pinho de Mello, diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 26/2/2019

Nos últimos anos, o ambiente no sistema financeiro do País vem mudando muito, em ritmo acelerado. Houve a reformulação do sistema de pagamentos, em 2013, a entrada de novas instituições no mercado, a partir da regulamentação das fintechs de crédito, em 2018, o lançamento do Pix em 2020 e agora está sendo implementado o chamado open banking, que prevê

o compartilhamento de dados de clientes entre os bancos. Como o sr. avalia os resultados alcançados até agora com tudo isso?

Sob qualquer métrica, a avaliação é extremamente positiva e ela não é resultado só da agenda regulatória. Evidentemente, a agenda regulatória e de política pública é muito importante. Mas o resultado é positivo também pela capacidade que os agentes de mercado tiveram de se adaptar e de fazer essas entregas e competir de maneira eficiente. Agora, o sucesso da agenda tem de ser medido principalmente por coisas palpáveis para a população. Se nós olharmos para as métricas mais típicas, como a taxa de juro para o tomador, a gente observa que ela vem caindo ao longo do tempo. Não só os juros na ponta, que já se esperava que caíssem, porque a taxa básica caiu (em relação aos patamares históricos, apesar da alta recente), mas também o spread (diferença entre a taxa de captação dos bancos e a dos empréstimos), conforme os dados publicados pelo Banco Central no Relatório de Economia Bancária. As taxas das maquininhas de cartões também vêm caindo paulatinamente. Então, todas as coisas estão andando. O importante é que essa agenda seja constante e vá sempre na mesma direção, que é o que está ocorrendo há cinco ou seis anos.

Com o aumento da concorrência no setor, houve também uma redução na concentração bancária. Como o sr. vê essa questão?

O pessoal olha muito essa métrica e nós já estamos há alguns anos realizando um trabalho de esclarecimento sobre a sua importância. Agora, a concentração diminuiu de forma lenta. É muito

difícil, quase sem precedentes, ela aumentar ou diminuir rapidamente. Mas o importante não é se tem quatro ou cinco bancos no País e se eles têm 70% ou 80% do mercado. O importante é se a taxa de juros é baixa na ponta, se os bancos estão conseguindo dar crédito para o cidadão, para o consumidor dos serviços de pagamentos. Hoje, há mais competição no mercado, melhores serviços e serviços mais baratos, tanto que aqueles que não tinham acesso ao sistema estão passando a ter. Você pode chamar isso de o segundo passo da grande normalização da intermediação financeira no Brasil. O primeiro se deu com a estabilização, lá atrás, e o segundo vem dessa agenda de eficiência, que está sendo implementada desde 2016, fruto do trabalho de várias administrações e certamente desta gestão.

O primeiro contato dos informais com algum tipo de intermediação financeira que não seja dinheiro vivo é com a maquininha

De que forma essas mudanças estão levando a uma maior “bancarização” da população?

O termo bancarização é até um pouco impreciso, porque não é só ter conta em banco, mas ter algum acesso a serviços de pagamento, serviços financeiros, por preços razoáveis, principalmente os produtos de pessoa física, e ao crédito, com taxas de juros menores, como eu falei há pouco. Também inclui maior acesso de empresas médias e pequenas ao mercado de capitais, além de mais interiorização da intermediação financeira. Pode ser por meio de banco, de instituição de pagamento, de cooperativa de crédito. O fomento ao cooperativismo de crédito, que é muito importante como veículo de acesso e de competição, em especial nas cidades médias e pequenas, é algo muito presente nesta administração do Banco Central. Muitas vezes, a gente fica com o olhar um pouco enviesado pelo que acontece nas cidades grandes, mas você tem hoje uma efervescência de cooperativas de crédito servindo principalmente a pessoas jurídicas de pequeno e médio portes em cidades pequenas. Então, essa é uma agenda para ampliar a concessão de crédito e diminuir as barreiras entre os que já estão no mercado e os que não estão, por meio do cadastro positivo, que dá mais informação sobre os cidadãos e as empresas para todo mundo. Com isso, a fintech e a cooperativa de crédito conseguem saber melhor quem você é. Mas tudo isso culmina com serviços e juros baratos e inclusão.

O sr. diz que a inclusão vai além da conta em banco e se estende aos meios de pagamento. Como isso contribui para ampliar o acesso aos serviços financeiros?

Se você pegar o público mais frágil, o primeiro contato que eles têm com qualquer forma de transação financeira geralmente é pagamento. Isso não é só no Brasil, mas na maioria dos países emergentes. Na China, isso aconteceu por meio das mídias sociais, com o WeChat e o Alipay. O primeiro contato do indivíduo com tecnologia é pela mídia social e eles viram que poderiam usar essas plataformas em que as pessoas estão conectadas para elas poderem fazer pagamentos. O WeChat e o Alipay começaram a perceber também que o cara deixa um pouquinho de dinheiro ali todo mês, porque tem de carregar uma conta pré-paga para fazer os pagamentos e sempre sobra alguma coisa, R\$ 50 que sejam. Aí, com o avanço da tecnologia e o custo de transação caindo, eles se deram conta de que valia a pena oferecer aplicações como o Tesouro Direto no Brasil, para o pessoal aplicar esses R\$ 50, e passaram a vender produtos financeiros. Começaram a aprender os pagamentos que o cara faz, quanto tem aplicado, os seus hábitos, e viram também que dava para dar R\$ 20 de crédito para ele. Na hora que isso acontece, é um arraso, porque você inclui uma população que em geral não tinha acesso a crédito.

O que isso tem a ver com o que está acontecendo no Brasil?

No Brasil, a estrada foi meio diferente, mas com similaridades. No Brasil, o primeiro contato de microempreendedores individuais, dos informais, com algum tipo de intermediação financeira que não seja dinheiro vivo é com a maquininha, fruto da diminuição do preço da maquininha e do que o sujeito paga para fazer a transação. Com o avanço da tecnologia e com a agenda regulatória dizendo “olha, precisa ter competição nesse mercado, não pode ser verticalizado como era até o começo dos anos 2010”, o acesso aos meios de pagamento se ampliou.

O sr. pode dar um dado concreto de como as mudanças no sistema de pagamentos ampliou o acesso aos serviços financeiros?



Tem uns números bacanas. Até saiu um número outro dia por aí, mas não era muito preciso. Vou dar um número preciso. Se você pegar pagamento, só para ilustrar como pagamento é inclusivo, a gente tem desde o começo do Pix algo próximo a 52 milhões de usuários, só pessoas físicas, diferentes CPFs, que em algum momento fizeram um Pix. Destes, 17 milhões nunca tinham feito uma TED antes. Não sei por quê saiu que eram 11 milhões, mas são 17 milhões. Muitos não estavam dentro do sistema. Quem oferece o pagamento não é o Banco Central. São os bancos, as instituições financeiras. O Banco Central oferece a infraestrutura, que é amigável, eficiente, barata – na verdade, é de graça para pessoa física – e os indivíduos começam a usar e a entrar em contato com o sistema financeiro e a intermediação, o sistema de pagamentos. Pense no sujeito que vive em outro lugar e remete R\$ R\$ 50 ou R\$ 100 por mês para a família. Se você cobrar R\$ 10 por uma TED, parece que o negócio não se inviabiliza, mas ele está deixando muito para um serviço que não custa tanto. Esse é o primeiro passo. Em um, dois, três, quatro anos, a inclusão por meio do sistema de pagamento vai chegar no crédito e na oportunidade de investir o pouco dinheiro que a pessoa tem.

Como vai se dar o investimento pelo Pix?

Parte da população que tem uma sobra de poupança – e sobrou algum dinheiro com o auxílio emergencial – não tinha acesso a um instrumento de investimento com rentabilidade alta. Tinha só a poupança. Se o sujeito tivesse de pagar R\$ 5 ou R\$ 10 por uma TED para aplicar o dinheiro, “comeria” todo o retorno que ele teria em três anos com aquilo. Essa foi a beleza do WeChat e do Alipay na China e a beleza do Pix aqui. Com o Pix, ficou viável investir R\$ 50 em qualquer lugar. Há o problema de suitability, como gente diz, de oferecer o instrumento financeiro adequado a cada pessoa. É importante que as pessoas entendam os instrumentos de investimento. Mas isso não é razão para a gente não popularizar o acesso a instrumentos de investimento. Por que só o pessoal que tem mais dinheiro pode fazer investimentos que deem retorno alto? Talvez haja investimentos adequados que dão retornos mais altos para a população de modo geral. Isso incentiva a poupança, é meio que tudo de bom. Só que, para viabilizar isso para valores muito baixos, era preciso que o custo de transação fosse muito baixo, e foi o que aconteceu com o Pix.

No 3º trimestre, vamos lançar o Pix Saque e o Pix Troco, para retirar dinheiro no varejo

Além da questão dos investimentos, quais outras funcionalidades do Pix estão no pipeline?

Tem um monte. Vou lhe dizer algumas. Ao longo do terceiro trimestre, vão entrar em operação todas as funcionalidades do Pix. Já entraram algumas e estão entrando outras, como a que gente chama de Pix Cobrança. Basicamente, o Pix Cobrança oferece funcionalidades iguais às do boleto bancário. Você pode agendar, calcular automaticamente a mora e a multa quando for o caso e pagar antes ou depois da data de vencimento. Isso é importante. Pense no comércio online. O boleto é o instrumento mais usado no comércio online. Temos de lembrar que nem todo mundo, principalmente os mais frágeis, tem cartão de crédito – e o uso do cartão de débito é muito restrito na internet, por razões de segurança. Só que o boleto leva dois dias para compensar. Você compra um ventilador online e se não tem cartão de crédito o estabelecimento comercial que está lhe vendendo vai ter de separar aquela mercadoria, sem saber se vai vender mesmo ou não, enquanto aguarda a confirmação do pagamento. O Pix Cobrança melhora muito a logística dele e a sua experiência como pagador, porque você vai receber a mercadoria mais cedo. É uma coisa de acesso e de inclusão social. Quando você está no desktop ou no laptop, é uma maravilha. Você vai para a área de check out do site, aparece um QR Code na tela e você só escaneia. Não precisa colocar número de cartão, não tem problema de autorização, nada. Tendo saldo na conta ou limite no cheque especial, a confirmação da compra sai na hora. Isso já está substituindo boleto à beça.

O que mais está no prelo para o Pix?

No terceiro trimestre, vamos lançar o Pix Saque e o Pix Troco. O que é isso? O Banco Central vai prover a infraestrutura regulatória para você poder fazer saque e pegar troco no comércio varejista. Se você for no supermercado, fizer uma compra de R\$ 100 e estiver precisando de dinheiro, você poderá fazer um Pix de R\$ 150 e o sistema vai reconhecer automaticamente que R\$ 100 são para pagar a conta, até porque tem tributo que incide sobre a compra de supermercado, e R\$ 50 são saque, e vai poder tirar o dinheiro na hora no estabelecimento. Isso tudo é voluntário, evidentemente. Os comerciantes vão poder, se eles quiserem, oferecer o serviço de saque mesmo.

Você não vai precisar nem comprar nada. Você vai lá, faz um Pix para o estabelecimento comercial, o lojista abre o caixa e lhe dá o dinheiro. Numa cidade do interior, numa cidade pequena de 5 mil habitantes, que não tem agência bancária nem caixa eletrônico e o sujeito tem de andar 20 ou 30 km para sacar dinheiro, ele vai poder fazer o saque num estabelecimento comercial, que muitas vezes tem acesso à internet. Mesmo em São Paulo, que está cheia de caixa eletrônico, você poderá, se você não estiver perto de um, sacar o dinheiro quando for comprar alguma coisa.

No quarto trimestre, vai entrar uma funcionalidade que vai ser muito legal, chamada Pix Offline. O que é o Pix Offline? Às vezes, você está num lugar em que não tem acesso à internet. No Pix Offline, mesmo sem acesso à internet, você vai conseguir fazer um Pix. Isso vai valer tanto para o pagador como para quem recebe. Pense no pagamento do pedágio. Você tem o tag, está offline. Vai ser algo parecido. Na hora que você ficar offline, o banco ou outra instituição de pagamento vai dizer quanto tinha na conta e carregar isso no seu aplicativo. Essa informação será carregada automaticamente e ficará disponível mesmo quando você estiver desconectado.

Em paralelo a tudo isso, tem ainda o open banking, que vai aprofundar ainda mais as mudanças no sistema. Qual é, afinal, o objetivo do open banking? Como vai funcionar mesmo o open banking?

O open banking vai permitir que as pessoas tenham mais acesso a crédito e a produtos financeiros utilizando os seus dados pessoais ou empresariais. Por exemplo: eu, sou cliente do banco A. O banco A tem todo o meu histórico de pagamentos, de crédito e de investimentos. Agora, imagine que tem a fintech B. Embora a fintech B tenha algumas informações minhas, dos bureaux de crédito, como Serasa e outros, a quantidade de informação que ela tem sobre mim é muito menor do que a do banco A. Então, o open banking vai democratizar a informação. Com o consentimento do cliente, a fintech B poderá usar esse conjunto de informações que o banco A tem sobre você, para poder oferecer condições financeiras mais favoráveis. Essa democratização de informação diminui o risco de conceder crédito, porque os credores vão saber mais de todo mundo, e aumenta a competição no sistema.

Hoje, se você é um bom cliente e recebe uma oferta de crédito da fintech B, o banco A vai reagir e lhe oferecer termos melhores. No caso de crédito imobiliário e de veículos, se você for um bom cliente, o seu gerente vai “casar” a oferta na hora. Mas, se você for um mau cliente, que já deixou de pagar dívidas e é encenqueiro, o banco A vai deixar a fintech B levá-lo. Com isso, quem está entrando no mercado e quer disputar a clientela, vai pegar os piores clientes. Isso dificulta muito a competição, inclusive para quem já está no mercado. Os outros bancos também não têm estímulo para “roubá-lo” do banco A, porque sabem que os clientes que eles conseguirão “roubar”, no bom sentido, serão, em geral, os piores clientes.

Em que pé está o open banking hoje?

O open banking é um projeto de enorme envergadura e de complexidade tecnológica operacional, mas está seguindo a agenda que foi antecipada. A primeira fase do open banking, que é a de compartilhamento de dados cadastrais, superimportante para a competição, já foi. Estava falando esses dias com o pessoal do open banking no Reino Unido e eles disseram que uma coisa da qual as fintechs reclamam lá é que não têm os endereços e os dados cadastrais das pessoas, que os bancos têm. Aqui, a gente começou com isso e eles vão implantar no Reino Unido também. Agora, no dia 15 de julho teremos a fase 2 do open banking, em 30 de agosto, a 3, e em novembro, a 4. Pode haver algum soft opening de uma coisa ou outra, porque a gente vai aprendendo a respeito das dificuldades operacionais no caminho, mas o cronograma é este. Claro que tem o processo todo de educação e de aprendizado do cliente, o esclarecimento em relação ao consentimento. O consentimento é importante, porque você vai compartilhar suas informações. Por isso, ele tem de ser específico. Não vai ser só entrar no formulário, ticar um item e pronto. Para cada instituição você vai ter de dar um novo consentimento. Não pode ser uma coisa só pró-forma. Mas também não pode ser um negócio que demora uma hora para você dar todos os consentimentos, porque pouca gente vai aderir. São essas questões operacionais, feitas pelo mercado, com o monitoramento e a supervisão do Banco Central, que estão sendo ajustadas agora. É importante que um projeto desta envergadura seja lançado de forma sólida do ponto de vista operacional. Não

pode dar errado, porque estamos lidando com dados pessoais. A gente tem pressa, mas não quer afobamento.

O nosso papel é garantir a estabilidade e entregar essa agenda de eficiência, com muita segurança e muito diálogo

O sr. fala que não quer “afobamento” na implantação dessas novidades todas, mas os executivos dos bancos estão questionando muito o ritmo das mudanças. Eles dizem que, na reformulação do sistema de pagamentos, em 2013, as mudanças foram feitas de forma mais cautelosa, com tempo para testar tudo antes. A implantação disso tudo não está rápida demais? Como o sr. encara isso?

Eu encaro com muita naturalidade. Acredito que o exemplo do Pix é o melhor. O Pix é um sucesso porque tem muitos autores. Certamente, o Banco Central ter ofertado uma infraestrutura de liquidação eficiente, uma estrutura de identificação da chave Pix, um arcabouço regulatório sólido, ajudou muito. Mas o Pix não teria saído se não fosse a competência dos bancos, das instituições de pagamento, de embarcar numa tecnologia nova e oferece isso para os clientes de maneira muito bem-sucedida. O Pix mostra a enorme capacidade de entrega que as contrapartes reguladas têm. Dito isso, a gente precisa levar em conta que, em relação a 2013, o mundo hoje é mais rápido. As demandas da sociedade são mais rápidas também. Então, é natural que tudo esteja um pouco mais rápido. Agora, em vários projetos o cronograma foi ajustado e a gente está sempre aberto ao diálogo constante com as contrapartes privadas para parametrizar os prazos. O Pix foi construído numa governança de coparticipação. Há o Fórum Pix, no qual todas as novas funcionalidades são previamente discutidas com o mercado, com os ofertantes, são acordadas e só depois, implementadas. Em algum momento, a gente olha e diz: “Aquele prazo que a gente pensou lá atrás não vai dar. A gente vai ter de estender isso aqui”. No caso do Pix, nós estendemos vários prazos. Em todos os projetos de grande envergadura o Banco Central está sempre aberto ao diálogo e vai promover os ajustes que forem necessários.

No caso do open banking, o Banco Central também está disposto a rever os prazos de implantação, se for preciso?

Isso vale para tudo, inclusive para o open banking. O prazo da nossa agenda de registro de recebíveis do cartão de crédito, por exemplo, foi ajustado duas vezes. Muitas vezes, a gente recebe informações de desafios tecnológicos que nós não tínhamos antes. O próprio mercado vai descobrindo os desafios. Esse diálogo é constante. Nós somos responsáveis aqui. De modo mais genérico, se você pegar os objetivos mais amplos do Banco Central, a gente alcançou a manutenção do poder de compra da moeda e agora está adotando medidas para garantir a eficiência do sistema financeiro. A sociedade brasileira foi bem sucedida em construir uma moeda estável e em construir um sistema de pagamentos superestável, que sobreviveu à grande crise financeira de 2008, à grande recessão de 2014 a 2016, ao choque da covid. Depois que você consegue isso, é natural que a sociedade comece a demandar eficiência de forma cada vez mais forte. O nosso papel é garantir a estabilidade e entregar essa agenda de eficiência, com muita segurança e muito diálogo. O diálogo é o mais importante para fazer ajustes finos que sejam necessários.

O pessoal dos bancos está criticando também a não existência de limite máximo para o Pix, por colocar em risco a segurança pessoal do portador do celular, em caso de ele ser alvo de assaltos. Isso não é algo preocupante?

A administração de limites do Pix é algo que a gente segue muito de perto. Só para esclarecer, o PIX tem limites, sim. Eles são estabelecidos pelas instituições financeiras conforme os limites de meios de pagamentos equivalentes. Se você vive em São Paulo e aparece uma transação de débito num bar em Porto Alegre às 2h da manhã, alguém tentando fazer uma transação no seu cartão de débito, o banco emissor não vai transitar aquela informação, porque há um limite de débito. Esse limite máximo do débito, o do crédito, o da TED, os diferentes limites balizam os limites máximos que os bancos impõem para o Pix. Se você tem um limite de R\$ 10 mil na TED, vai ter um limite de R\$ 10 mil para transferências também no Pix. No segundo trimestre deste ano foi colocada a gestão de limites nos aplicativos. É uma funcionalidade que foi colocada de modo regulatório. Agora, os próprios participantes podem administrar o seu limite. Se o seu banco colocou um limite

de transferência no Pix baseado no limite da TED, você mesmo pode entrar no aplicativo e diminuir o limite do Pix, por razão de segurança. A gestão dos limites é algo muito importante para o instrumento. Nos primeiros seis meses, nós entramos com limites bem mais baixos do que os estabelecidos em meios de pagamentos equivalentes, a partir de uma sugestão feita no grupo de trabalho de segurança do Fórum Pix, no qual os bancos grandes aportam uma inteligência muito importante. Eles pediram que, no lançamento do Pix, os limites não fossem escolhidos pelos usuários, mas pelas instituições participantes, para ver o que iria acontecer. Mas, se você olhar o que teve de problema no Pix e comparar com outros instrumentos, vai ver que até agora os problemas de segurança não foram tão relevantes.

Outro ponto que o pessoal dos grandes bancos está criticando é o compartilhamento dos limites de crédito de cada cliente, que é algo que eles prezam muito, no open banking. Eles dizem que isso é resultado de um aprendizado que cada banco alcançou ao longo de décadas e questionam o compartilhamento de todo esse conhecimento de graça com quem está chegando agora. O que o sr. tem a dizer sobre isso?

É importante seguir o princípio. O que é dado pessoal, ou seja, as transações que você fez, o número de vezes que tomou crédito, se pagou ou não as suas dívidas, é propriedade do indivíduo, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados, e ele tem o direito, com seu consentimento, de transitá-lo como quiser. O open banking vai fazer com que esse trânsito seja organizado, com segurança no consentimento, e que seja fácil. Agora, parece óbvio que o algoritmo, a econometria de pegar esses dados, misturá-los e produzir um score de crédito, é propriedade do banco, da instituição de pagamento, de quem quer que seja. Eu posso entrar no home banking e tirar uma foto do meu limite de crédito, que vem inclusive com o horário da consulta, e mandar para outro banco. Então, parece claro que essa informação, de certa forma, já é pública. Posso compartilhá-la, se quiser. Para mim, levando isso em conta, parece uma informação que deve ser compartilhada no open banking, até para isso ser feito com mais segurança, porque ela já pode ser compartilhada de modo desorganizado. E eu não participo diretamente da convenção do open banking. Então, não sei o detalhe do limite, se vai ser incluído ou não. Mas, se quisesse ter um princípio, me parece que deveria ser possível compartilhar essas informações.

Considerando todas essas mudanças, há uma questão de segurança cibernética, relacionada a esse compartilhamento de dados. Na hora que esses dados forem compartilhados de forma mais intensa, até institucional, esse risco vai se potencializar, talvez não tanto no caso das instituições tradicionais, que já têm uma infraestrutura considerável de proteção de dados, mas principalmente no caso dos entrantes, que vão receber as informações. Que medidas o Banco Central está tomando para dar maior segurança para o cliente?

Ao trazer para a Agenda BC# a proteção cibernética e a proteção a dados individuais, colocá-la no cerne do projeto, o Banco Central está mostrando que compreende a importância estratégica da questão. Várias jurisdições, não só o Brasil, reconhecem que há riscos envolvidos na transição de dados. Por isso, é importante que a gente faça o compartilhamento de informações pelos canais oficiais de modo organizado. É muito melhor que ocorra de modo organizado, num ambiente regulatório sólido, do que fazer o compartilhamento de forma desorganizada, com pouco monitoramento. Boa parte dos desafios operacionais do open banking se localiza precisamente no processo de obtenção de consentimento dos clientes e em como garantir que os dados transitem de forma segura. Além disso, para participar do open banking, você tem de estar no perímetro regulatório do Banco Central, ser uma instituição autorizada e supervisionada pelo Banco Central. Por que? Porque nós controlamos a entrada no sistema. Tem um procedimento, checagem de capacidade econômico-financeira, capacidade técnica, reputação ilibada, para dar segurança ao público de que essa nova instituição, embora ele não a conheça, passou pelo crivo e pelo filtro da autorização. Esse processo tem de ser eficiente, tem de ser desburocratizado, mas precisa existir. E nós impomos medidas sancionadoras administrativas para quem se comporta mal, com responsabilização de dirigentes.

No caso do arranjo de pagamento do WhatsApp, autorizado neste ano, muita gente disse “não, mas isso é intromissão do Banco Central, por que não vai deixar, por que vai barrar o WhatsApp e tal”. No fim, autorizamos a realização de pagamentos pelo WhatsApp em tempo recorde, mas nós

tínhamos de ver como os dados iriam transitar e garantir a segurança das informações. É um ambiente novo no sistema financeiro, com potencial enorme de criar valor para os clientes, mas nós precisávamos saber quem a gente vai responsabilizar se der algum problema, como é o consentimento, como os dados transitam, por onde transitam. Esse processo todo tem de ser bem estabelecido, porque a gente tem uma obrigação frente ao público de garantir a segurança dos arranjos de pagamento que são supervisionados pelo Banco Central.

Essa efervescência e essa temperatura alta do debate sobre as fintechs é um sinal de sucesso dessa agenda

Nas últimas semanas, principalmente depois dos últimos aportes de capital feitos em algumas fintechs, os executivos dos grandes bancos têm feito muitas críticas contra o que eles chamam de “assimetria regulatória” das fintechs em relação às obrigações que têm de cumprir. Como sr. vê essas críticas?

Eu encaro como sinal da efervescência e do sucesso dessa agenda. Essa efervescência e essa temperatura alta do debate, com opiniões que são dadas de um lado e de outro, sugere o êxito da estratégia que vem sendo levada a cabo há um bom tempo. Não haveria esse interesse todo se a gente não estivesse vendo um ambiente cada vez mais competitivo. Acho que para um sistema financeiro, um sistema de pagamentos, que atingiu plenamente o objetivo de estabilidade, como o brasileiro, você ter essa efervescência e não ficar no marasmo é um bom sinal. Você pode dizer que efervescência e muita excitação em sistema financeiro pode ser um sinal ruim, de problema na frente. Mas a gente tem um sistema financeiro, um sistema de pagamentos extremamente sólido. Acredito que nós, como reguladores, temos de estar sempre abertos a ouvir as críticas, as opiniões do mercado, e se for o caso ajustar a regulamentação. Agora, eu acho que semântica é importante. Eu gosto do termo “proporcionalidade regulatória”. Se nós seguirmos o princípio de proporcionalidade, tudo se encaixa naturalmente. Quem criar mais risco, vai ter um ônus regulatório maior. Para algumas instituições, consideradas sistemicamente importantes, há, inclusive, princípios internacionais, do Acordo da Basileia, que têm de ser seguidos pelo Brasil. Essa adaptabilidade já está na regulação como ela é hoje, mas também pode ocorrer por novas regulamentações. Tenho certeza de que os grandes bancos, as instituições financeiras tradicionais, estão se adaptando e têm enorme capacidade de competir.

Em relação à regulação das fintechs, há algum ajuste no radar?

Sempre tem ajuste. Tem de lembrar que esse é um ambiente muito fluido, com um dinamismo muito grande. Então, a gente vai tomando decisões ao longo do tempo, para trazer o novo para dentro do ambiente. A legislação vai se adaptando e muitas vezes a regulação é construída de modo a ser autoadaptável. A carga regulatória das fintechs é mais baixa, porque elas impõem pouco risco ao sistema. Agora, se algumas fintechs ficarem grandes, começarem a impor risco, automaticamente a regulação vai subir de nível. A gente já tem diferentes segmentos regulatórios no sistema financeiro brasileiro. Claro que a gente monitora os riscos e diz “olha, você era pequeno e não impunha risco, mas se o seu risco aumentar a sua carga vai aumentar, porque a gente precisa cuidar também da solidez do sistema financeiro.

Há uma consulta pública aberta, a Consulta Pública 78 do Banco Central, que trata do tema de capital em conglomerados nos quais existe uma instituição de pagamentos, por ex. uma maquininha, e uma instituição financeira envolvidas e mesmo em casos de atores antigos, que têm maquininha e financeira. No fundo, é só aceitar o fato de alguns desses novos atores começam a ficar grandes. De novo, a regulação é para tratar os iguais igualmente e os diferentes diferentemente, conforme o risco que possam impor ao sistema. É um princípio superbásico da regulamentação bancária, celebrado no Acordo da Basileia e que a gente segue aqui estritamente. A regulamentação vai se adaptando. É natural, conforme o risco for crescendo, você impor uma regulamentação adicional.

Em uma entrevista dada recentemente ao 'Estadão', o economista Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central, fez uma sugestão de estabelecer novos critérios para avaliar esse risco ou esse impacto das fintechs no sistema, como o patrimônio, o volume de capital,

a complexidade, operações interligadas e outras coisas do gênero, que não estão ligadas à alavancagem das instituições. Como o sr. encara essa sugestão?

É uma boa sugestão. Inclusive, acredito que, se a gente pegar a Consulta Pública 78, alguns desses princípios, como de risco operacional, já estão lá. O resultado dela a gente não tem ainda. O Banco Central coletou as contribuições e tomará sua decisão quando estivermos prontos. Ainda precisa haver uma decisão da diretoria colegiada. Eu não sei prever qual decisão será tomada. Agora, do ponto de vista de princípio, isso já está na Consulta Pública 78. Esses riscos operacionais e de exposição que não são relacionados ao crédito já estão incorporados de uma forma ou de outra na regulação que já temos. Não é estritamente só capital e alavancagem. Agora, capital e alavancagem é um componente muito importante, se não o mais importante do risco. Você tem de prestar muita atenção nas instituições que captam depósitos junto ao público e operam com nível de alavancagem. É por isso que no Acordo da Basileia, embora ele tenha várias dimensões, o cerne é o capital.

Para fechar esta entrevista sobre as mudanças que estão ocorrendo no sistema financeiro e as críticas dos bancos à regulação das fintechs, quais são os objetivos de tudo isso? Olhando para 5/10 anos, como o sr. vê o framework do sistema? Como vai ficar isso daí?

Eu não sei como vai ser, mas será uma coisa muito diferente do que é hoje. A quantidade de mudanças tecnológicas que há a gente não sabe nem de onde vem. A gente tem todo esse desafio de entrada de big techs em pagamentos e eventualmente em finanças. Os bancos tradicionais têm base de clientes. Eles podem alavancar e prestar outros serviços. Mas o objetivo, independentemente de onde está, é que os cidadãos e as empresas tenham acesso a serviços de pagamentos eficientes e baratos e hoje mandar dinheiro de um lado para o outro é muito barato. A tecnologia da coisa tem que ser muito barata. Que eles tenham acesso a crédito de modo seguro, adequado e informado e barato, que eles tenham acesso a produtos de investimento para poder potencializar a sua capacidade de poupança e gerar bem estar e riqueza e compreendidos pelos cidadãos. E inclusão para todos. Esse é o objetivo final. A agenda BC# tem uma série de ações com uma estratégia subjacente. Todas as ações vão neste sentido.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/07/2021

BRASIL CRIA 280 MIL VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA EM MAIO, APONTA CAGED

Segundo dados do Ministério da Economia, este ano o mercado de trabalho formal tem saldo positivo de 1,233 milhão de novos empregos

Por Eduardo Rodrigues e Lorenna Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A economia brasileira gerou 280.666 carteiras assinadas em maio, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados nesta quinta-feira, 1.º, pelo Ministério da Economia.

O resultado decorreu de 1,548 milhão de admissões e 1,268 milhão de demissões. Em maio do ano passado, em meio à primeira onda da pandemia de covid-19 no País, houve fechamento de 373.888 vagas com carteira assinada.

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o resultado é uma “excelente notícia”. “A economia brasileira continua surpreendendo. Todas as regiões, setores e Estados registrando criação de novos empregos. Ou seja, é um processo bastante abrangente. Setores muito fragilizados, como o serviços, foram destaque nesse mês”, destacou. “Está confirmada recuperação brasileira abrangente. O ritmo está bastante rápido.”

“Esperamos que medidas que vem sendo tomadas pelo governo acelerem processo de criação de emprego. Vem novidades por aí”, acrescentou.

O mercado financeiro já esperava um novo avanço no emprego no mês, e o resultado veio dentro do intervalo das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram

de abertura líquida de 71 mil a 362 mil vagas em maio, com a maioria esperando a geração de 157.500 postos de trabalho.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, ao saldo do Caged é positivo em 1,233 milhão vagas. No mesmo período do ano passado, houve destruição líquida de 1,144 milhão postos formais.

Desde janeiro do ano passado, o uso do Sistema do Caged foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para as empresas, o que traz diferenças na comparação com resultados dos anos anteriores. Na metodologia anterior (de 1992 a 2019), o melhor resultado para maio na série sem ajustes havia sido em 2010, quando foram criadas 298.041 mil vagas no quinto mês do ano

O Caged trata apenas do mercado formal, com carteira. Porém, o mercado de trabalho brasileiro é formado, na sua maior parte, pelo trabalho informal - daí a diferença com os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, na quarta-feira, 30, divulgou que a taxa de desemprego se manteve no patamar recorde de 14,7%.

O número de geração de vagas formais também está sob o impacto do programa do governo que permitiu às empresas cortarem salários e jornadas e suspenderem os contratos. Como contrapartida, o governo dificultou as demissões pelo mesmo número de meses em que os trabalhadores foram atingidos com uma das duas possibilidades (a da redução na jornada e salário ou a da suspensão dos contratos).

De acordo com o ministério, 3,485 milhões de trabalhadores seguiam com garantia provisória de emprego em maio. Para cada mês de suspensão ou redução de jornada no ano passado, o trabalhador tem o mesmo período de proteção à sua vaga.

Setores e regiões

O setor de serviços foi novamente o que mais gerou vagas em maio, com a criação de 110.956 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 60.480 vagas.

A indústria geral abriu 44.146 vagas em maio, enquanto houve um saldo de 42.526 contratações na agropecuária. Na construção civil, foram criadas 22.611 vagas no mês.

No quinto mês do ano, todas as 27 unidades da federação tiveram resultado positivo. O melhor resultado foi registrado em São Paulo novamente, com a abertura de 104.707 postos de trabalho. O pior desempenho foi o de Roraima, com criação de 256 vagas.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.873,33, em abril, para R\$ 1.797,10 em maio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/07/2021

RELATOR DE REFORMA PROPÕE BATIZAR CATEGORIAS COM ESTABILIDADE DE 'CARREIRAS EXCLUSIVAS DE ESTADO'

Esse é um dos principais pontos de discussão na PEC que vai reformular o RH do Estado, segundo deputado Arthur Maia

Por Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A definição do que são as carreiras típicas de Estado ainda é um dos principais pontos de discussão na reforma administrativa, segundo o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), Arthur Maia (DEM-BA). Esses servidores deverão ser os únicos a manter estabilidade após a reformulação do RH do Estado proposta pela reforma, com novas regras para contratar, promover e demitir os funcionários públicos.



“A questão mais premente que suscita debate é sobre o que vêm a ser as carreiras típicas de Estado e, mais do que isso, a decisão de definindo as carreiras típicas ou então fazendo uma listagem, quais seriam essas carreiras. É um tema difícil”, disse Arthur Maia.

O deputado Arthur Maia (DEM-BA). Foto: André Dusek/Estadão

O relator participou nesta quinta-feira, 1.º, de uma reunião no Palácio do Planalto sobre a reforma, com líderes da base do governo na Câmara. Alguns

deputados querem já definir na PEC quais são as carreiras típicas ou exclusivas, mas o relator quer deixar essa listagem para uma lei complementar.

Para ele, o nome dado a esses funcionários públicos que exercem funções que só existem na administração pública, deveria mudar. “Eu entendo que essa expressão poderia ser até modificada para carreiras exclusivas de Estado. Acho que o termo exclusivo é uma definição autoexplicativa e daria segurança jurídica para as carreiras que se colocam nessa condição”, disse.

“Alguém aqui conhece um diplomata que não seja do Estado? Alguém aqui conhece alguma pessoa que cobra impostos que não seja do Estado? Então, é isso aí essa condição de exclusividade na minha opinião daria uma facilitação para esse debate”, disse.

Arthur Maia afirmou ainda que é fundamental votar o projeto que acaba com os supersalários, que limita as remunerações ao teto do funcionalismo (hoje, R\$ 39,2 mil). Ele também reforçou a intenção de incluir membros de outros poderes (magistrados, procuradores e promotores) na reforma.

Questionado se a manutenção na liderança do governo do deputado Ricardo Barros (Progressistas-PR), que teve o nome envolvido em denúncias sobre suposta irregularidades na compra de vacina, pode atrapalhar na reforma, Arthur Maia disse que não.

“Não vejo por quê. Essas questões de Brasília de falar de A, de falar de B, depende de comprovações. Então, tenho certeza de que o processo terá de progredir. Temos conversado aqui e Barros tem feito um belo papel aprovando as matérias de interesse do governo na Câmara”, disse.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 01/07/2021*



VALOR ECONÔMICO (SP)

MINÉRIO DE FERRO GANHA FORÇA NO INÍCIO DE JULHO E SOBE 2,5% NA CHINA

Com o desempenho de hoje, a commodity acumula alta de 37% em 2021
Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

Os preços do minério de ferro ganharam novo fôlego nesta quinta-feira, acompanhando a valorização dos contratos futuros de aço. As indicações cada vez mais contundentes de que a China vai reduzir a produção siderúrgica neste ano foram o combustível dos ganhos.



De acordo com a publicação especializada Fastmarkets MB, a tonelada de minério com teor de 62% de ferro subiu 2,5% no porto de Qingdao, a US\$ 219,32, o maior preço em quase duas semanas.

Com o desempenho de hoje, a commodity acumula alta de 37% em 2021.

— Foto: Leo Pinheiro/Valor

A China tem reiterado a meta de reduzir a produção de aço bruto neste ano e deve adotar novas medidas de corte de capacidade com vistas a controlar as emissões de poluentes.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados de minério, com vencimento em setembro, avançaram com força pela manhã, mas perderam ritmo à tard

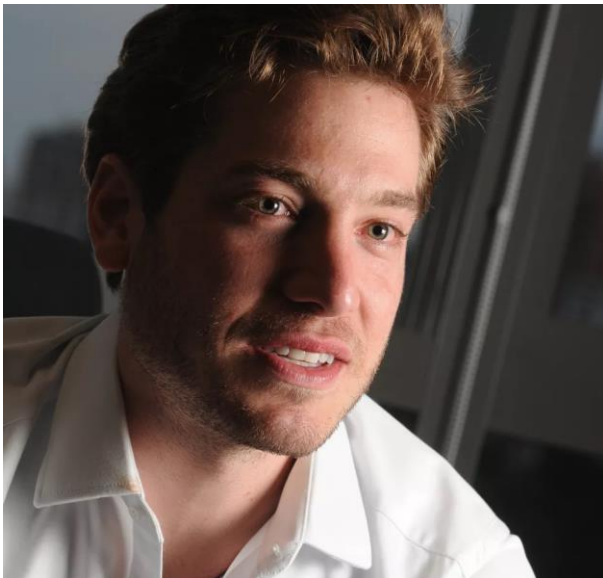
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/07/2021

DISPUTADO, LEILÃO DE TRANSMISSÃO TEM MEZ COMO PRINCIPAL VENCEDORA

Com um projeto no Rio, a chinesa Shanghai Shemar estreia no setor de energia no Brasil

Por Leticia Fucuchima e Gabriela Ruddy — De São Paulo e do Rio



Zarzur, da MEZ: “Queremos nos consolidar como um grande ‘player’ do setor” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Marcado por forte competição, o primeiro leilão de transmissão deste ano teve como vencedores grandes grupos do setor elétrico, uma transmissora em ascensão e uma estreante chinesa.

O principal destaque do certame foi a MEZ Energia, empresa criada por membros da família Zarzur, fundadora da incorporadora EZTec, que fez sua grande estreia no leilão de dezembro do ano passando, quando levou para casa cinco projetos.

Desta vez, a MEZ decidiu adotar uma postura mais seletiva, focando nos lotes 3 e 5, que faziam mais sentido para sua carteira atual de ativos por envolverem instalações no Mato Grosso e em São

Paulo. A ideia é aproveitar sinergias de operação e manutenção (O&M) com projetos que estão sendo desenvolvidos em regiões próximas.

Com as novas aquisições, a MEZ já passa a ter onze projetos de transmissão em seu portfólio, que somam cerca de R\$ 3,4 bilhões em investimentos regulatórios (estimados pela Aneel) para os próximos anos. A maioria dos empreendimentos está em execução e um já está operacional - a subestação Porto Alegre IV, que era da estatal CEEE e ainda terá que passar por reformas e melhorias.

Criada em 2019, a MEZ tem como acionistas Marcos e Maurício Zarzur - filho e neto, respectivamente, de Ernesto Zarzur, fundador da EZTec, mas não há relação entre a empresa de energia e a incorporadora. Mesmo com pouco tempo de vida, a MEZ vem se esforçando para despontar no setor e se tornar um agente relevante.

“Nosso primeiro objetivo é nos consolidarmos como um grande ‘player’, com foco no segmento de transmissão, que é onde nos especializamos. Por conta das sinergias, também temos a intenção de



ter um braco de geração de energia, estamos tocando isso para o médio prazo”, afirma Maurício Zarzur, CEO da MEZ.

O grupo planeja desenvolver projetos de geração próximos a seus ativos de transmissão, a fim de garantir a conexão com a rede. Os primeiros passos estão sendo tomados. Seu recém-inaugurado centro de operações, na capital paulista, já está apto a operar unidades solares e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A companhia também está perto de fechar o arrendamento de dois terrenos voltados a empreendimentos de geração. “Mas a viabilização desses projetos é mais para o médio prazo”, ressalta Zarzur.

Organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o leilão de transmissão realizado ontem terminou com todos os lotes de ativos arrematados. Foram contratados R\$ 1,3 bilhão em investimentos para a implantação de 515 km de linhas e subestações com capacidade de transformação de 2.600 mega-volt-ampères (MVA), distribuídos em seis Estados.

Como esperado, o certame manteve a tendência de forte competição, resultando num deságio médio de 48,12% sobre a Receita Anual Permitida (RAP) máxima dos empreendimentos.

Além da MEZ, sagraram-se vencedoras a Energisa, a EDP Brasil e a chinesa Shanghai Shemar Power Engineering Co., que até então só havia participado em um leilão de transmissão e sem arrematar ativos.

A Energisa ficou com o lote 4, situado em Tocantins, onde atua na área de distribuição de energia. Esse é o sexto empreendimento de transmissão adquirido pelo grupo desde 2017.

Já a EDP conquistou o lote 1, que envolve instalações nos Estados do Acre e Rondônia. Com a aquisição, a companhia passou a ter mais de 1,9 mil km de linhas no portfólio. “O segmento de redes (transmissão e distribuição) é uma das prioridades para o crescimento da companhia no país nos próximos anos. A aquisição desse lote demonstra a execução do Plano Estratégico 2021-2025, o qual prevê investimentos de R\$ 10 bilhões”, destacou, em nota, João Marques da Cruz, presidente da EDP no Brasil.

O lote 2, localizado no Rio de Janeiro, foi vencido pela Shanghai Shemar, que atua com diversos tipos de soluções para transmissão. Segundo informações de seu site, a companhia tem subsidiária no Brasil desde 2019. “Estamos bem confiantes com relação a financiamento [para o projeto], adquirimos um ‘know how’ interno para fazer isso de maneira sólida”, afirmou Henrique Oliveira, diretor de concessões da empresa, durante coletiva de imprensa.

Outros nomes conhecidos do setor elétrico, como Taesa, a indiana Sterlite e a chinesa State Grid, também estiveram presentes na disputa de ontem, mas não chegaram a arrematar ativos.

Na cerimônia de ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ressaltou a importância do leilão, em meio à crise hídrica. “Fruto do nosso planejamento energético, estamos tendo a expansão das nossas linhas de transmissão, que são fundamentais para o intercâmbio de energia entre as regiões, dando mais segurança na operação do sistema, como também mais flexibilidade ao operador do sistema”. O governo fará mais um leilão de transmissão este ano, em dezembro. Em 2022, estão previstos certames de maior porte, com investimentos da ordem de R\$ 12 bilhões

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/07/2021

CUSTO DO FRETE DO AGRO SOBE NO PAÍS

Em comparação com o mês anterior, houve aumento de 1,2% em maio, segundo informações da plataforma Fretebras

Por Fernanda Pressinott — De São Paulo



Elevação em maio, de 1,2%, não cobriu alta de despesas dos caminhoneiros — Foto: Guito Moreto/Agência O Globo

O preço médio dos fretes para transporte de produtos do agronegócio subiu 1,2% em maio na comparação com abril, segundo o Índice FreteBras do Preço do Frete (IFPF), criado pela plataforma de transporte de cargas Fretebras. A elevação foi menor apenas que a registrada no setor de construção, que chegou a 2,1%.

“O Brasil é extremamente dependente do agronegócio, mas o preço do frete na indústria não acompanha a escalada dos custos. Apesar de contar muito com os caminhoneiros, ainda existe espaço para melhorar as negociações entre transportadores e motoristas”, afirma, em nota, Bruno Hacad, diretor de operações da FreteBras.

De maio de 2020 a maio deste ano, os sucessivos aumentos no preço do óleo diesel S500 não foram repassados para os caminhoneiros. Segundo o IFPF,

nesse intervalo, o valor do frete por quilômetro rodado por eixo permaneceu praticamente estável, com leve aumento, de 0,24%. Entretanto, no mesmo período, o diesel S500 subiu 47,18% na bomba.

De acordo com o estudo, o preço médio do frete por quilômetro por eixo no Brasil alcançou R\$ 1,01. Na comparação entre abril e maio de 2021, o preço do diesel comum na bomba subiu 6,38%, segundo o relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP). No mesmo período, o preço do frete caiu 0,14%.

“Nós vemos que o preço do frete tem sido uma das maiores preocupações e queixas do mercado. A inflação acima de 8% nos últimos 12 meses e o preço do diesel dando um salto fazem com que o custo do transportador aumente exponencialmente. Desde que começamos a publicar o índice, em fevereiro deste ano, maio foi o mês mais crítico neste quesito”, diz Hacad.

Em uma análise somente sobre o mês de maio, a região Norte foi a que apresentou o quilômetro por eixo – de R\$ 1,09, em média – mais caro do país. Na sequência ficaram o Nordeste (R\$ 1,02), Centro-Oeste e Sul, ambas com R\$ 0,99 o eixo por quilômetro, e Sudeste (R\$ 0,98).

Na comparação entre maio de 2020 e maio de 2021, a maior alta no preço do frete ocorreu na região Sudeste. O avanço foi de 2,33%, enquanto o diesel S500 na bomba subiu 47,35% na região. Na outra ponta, o Centro-Oeste registrou queda de 1,23% no preço por quilômetro rodado por eixo nessa mesma base de comparação. O Centro-Oeste foi a região com a segunda maior alta do preço do diesel comum na bomba na comparação anual. O aumento foi de 47,79%.

Por Estado, o Amazonas foi o que apresentou o frete mais caro em maio, com R\$ 1,21 por quilômetro rodado por eixo, seguido por Rio Grande do Norte (R\$ 1,12) e Alagoas (R\$ 1,09). No outro extremo da tabela, os fretes mais baixos foram registrados no Acre (R\$ 0,91), Mato Grosso (R\$ 0,94) e no Piauí e Ceará, ambos com R\$ 0,96 por quilômetro rodado por eixo, segundo o estudo.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 01/07/2021

RUMO E SANTOS BRASIL AVALIAM UNIR OPERAÇÕES PORTUÁRIAS, DIZEM FONTES

Negociações, que teriam começado há quase quatro meses, seriam para fazer uma joint venture das operações portuárias, que incluem contêineres

Por Mônica Scaramuzzo, Valor — São Paulo

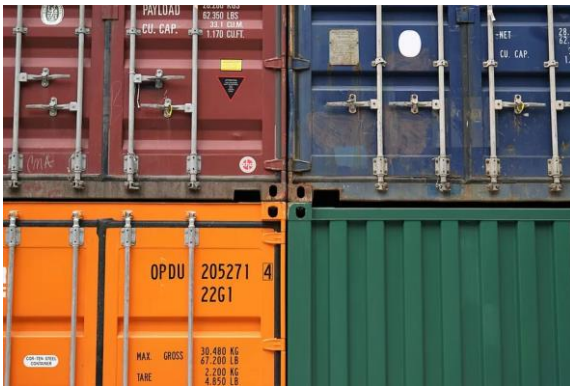


Foto :Pixabay

A Rumo, braço logístico do grupo Cosan, avalia unir suas operações portuárias com a empresa Santos Brasil, apurou o Valor. As conversas entre as empresas começaram há cerca de quatro meses, afirmou uma fonte.

De acordo com essa fonte, as negociações seriam para fazer uma joint venture das operações portuárias, que incluem contêineres.

Uma outra pessoa familiarizada com o tema disse ao Valor que as conversas entre as duas empresas são somente para as operações de São Paulo e que as conversas são preliminares.

Maior operadora ferroviária do país, a Rumo é a empresa resultante da fusão entre Rumo Logística e ALL (América Latina Logística), concluída em 2016. A empresa, que também opera com terminais portuários, tem valor de mercado de R\$ 35,5 bilhões, de acordo com o Valor Data. O valor de mercado da Santos Brasil é de R\$ 7,8 bilhões, com base no fechamento de mercado de quarta-feira.

Procuradas, Rumo e Santos Brasil afirmaram que não comentam rumores de mercado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/07/2021

Brazil Journal

BRAZIL JOURNAL

EM PASSO INÉDITO, B3 ABRE SUA CLEARING PARA ASL TOOLS

Por Pedro Arbex

A SL Tools — o marketplace que está tentando tirar o aluguel de ações do mercado de balcão — acaba de fechar um contrato com a B3 para usar seus serviços de clearing e custódia.

A transação marca a primeira vez que a B3 fecha um contrato do tipo.

Em 2016, quando a B3 (na época BM&F Bovespa) se fundiu com a Cetip, o CADE exigiu que ela disponibilizasse sua clearing para qualquer integrante do mercado. Em 2019, a ATS chegou a fechar um acordo com a B3 para usar esse serviço, mas o negócio acabou não indo adiante.

Um monopólio de fato, a B3 está disponibilizando parte de sua infraestrutura para permitir a concorrência, mas o movimento acontece às vésperas de um grande tsunami prestes a atingir todo o mercado financeiro: o uso massificado do blockchain.

André Duvivier, o fundador da SL Tools e um ex-trader da Merrill Lynch, disse ao Brazil Journal que a integração com a B3 dará mais eficiência porque elimina uma etapa do processo.

Antes da integração, quando uma gestora alugava uma ação no marketplace da SL Tools, a fintech executava a ordem, mas tinha que transitar essa ordem no marketplace da B3 antes de enviar para a clearing. Agora, a ordem executada na SL Tools vai direto para a clearing.

“Isso permite que os clientes aproveitem melhor a nossa tecnologia e que a SL Tools ofereça tarifas diferenciadas da B3 e mais atrativas,” disse André. “A gente passa a ter flexibilidade para mexer com as taxas e incentivar o mercado.”

Nas operações eletrônicas, a B3 cobra 20% sobre a taxa de aluguel, dos quais 10% são pelo serviço de negociação e o restante pelo pósnegociação (clearing e custódia). Ao se integrar com a B3, a SL Tools ficará com esses 10% da negociação.

Com as melhorias, a SL Tools espera atrair mais usuários para sua plataforma — estimulando a migração dos aluguéis de ações do ‘mercado de balcão’ para o eletrônico.

Hoje, mais de 80% das operações de aluguel de ações ainda são feitas no ‘balcão’ — ou seja, o cliente precisa ligar ou mandar um email para a corretora, que vai atrás de alguém interessado em fechar o negócio.

“Só essa migração representa um ganho gigantesco para as gestoras, porque a taxa de emolumentos do mercado de balcão é 30% contra os 20% do eletrônico,” disse ele. “Os investidores não migraram até agora porque a tecnologia não era boa.”

Segundo ele, essa redução de tarifa representa um ganho adicional de R\$ 130 milhões por ano para as gestoras que operam esse tipo de ativo.

“Tem gestora que tem R\$ 1,5-2 milhões de reais pra ganhar por ano só com essa migração. É algo bem relevante.”

Fonte: Brazil Journal

Data: 01/07/2021



ABEAR – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS AÉREAS

ABEAR ANUNCIA ITAPEMIRIM COMO NOVA ASSOCIADA



Da esquerda para a direita: Adalberto Bogsan (ITA), Eduardo Sanovicz (ABEAR) e Sidnei Piva (ITA) no evento em Guarulhos (SP) (Crédito: ABEAR/Divulgação)

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) anunciou hoje (29) a ITAPEMIRIM Transportes Aéreos como nova associada, durante evento do voo inaugural da companhia aérea entre Guarulhos (SP) e Brasília (DF). O presidente da ABEAR, Eduardo Sanovicz, o CEO da ITA, Adalberto Bogsan, e o presidente do

Grupo Itapemirim, Sidnei Piva, assinaram o documento de adesão da empresa, também conhecida como ITA, ao quadro de associadas.

“É uma honra recebê-los a bordo. O turismo, a aviação e um sistema produtivo de todo o País abraça a empresa neste momento, nesta iniciativa do Grupo Itapemirim. Nos orgulha ver a equipe montada pela ITA, que mostra a responsabilidade com que a empresa está encarando este desafio. Desejo muita sorte e digo que para a ABEAR é sempre um orgulho receber, ainda mais neste momento tão difícil, um alento quando uma nova empresa começa a voar”, disse o presidente da ABEAR, Eduardo Sanovicz.

O CEO da ITAPEMIRIM, comandante Adalberto Bogsan, disse que hoje é um dia especial. “Estamos iniciando a nossa operação a partir de Guarulhos e, ao mesmo tempo, fazendo nossa associação à ABEAR. Isso para nós é um ponto muito importante para que a gente consiga, dentro da nossa atividade, ter uma representatividade muito importante perante a todos os órgãos e

instituições do setor aéreo. É um passo significativo fazer parte de um grupo seleto de empresas que constituem a entidade”, afirmou Bogdan, que já trabalhou em outras empresas do setor como Varig/Rio Sul, GOL e ASTA.

“É um prazer apresentar para vocês a ITAPEMIRIM neste voo inaugural. E para nós, como um novo entrante no setor aéreo, é uma satisfação ser um integrante da ABEAR. Fico muito satisfeito e espero poder discutir diversos assuntos com a entidade”, disse Piva.

Sobre a ITA

Fundada em 2020, a empresa, neste primeiro momento, voará para oito cidades brasileiras. Até junho de 2022, a companhia planeja estar presente em 35 destinos no Brasil, com 50 aviões em sua frota.

Fonte: ABEAR – Associação Brasileira de Empresas Aéreas

Data: 01/07/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

LEILÕES DE INFRAESTRUTURA CAPTARAM R\$ 30 BILHÕES EM 2021, DIZ MINISTRO

Arrecadação ainda maior é aguardada para segundo semestre

Por Agência Brasil - Brasília

O Brasil já garantiu R\$ 30 bilhões em investimentos, é o que revela o balanço do primeiro semestre de 2021 feito pelo Ministério da Infraestrutura. A informação será publicada em um caderno detalhado ainda nesta semana, e foi adiantada pelo ministro Tarcísio de Gomes Freitas durante entrevista ao programa A Voz do Brasil.

Apenas em abril deste ano, informa o ministro, foram leiloados 22 aeroportos, uma ferrovia e cinco terminais portuários, o que significa mais R\$ 30 bilhões em investimentos somados aos R\$ 30 já arrecadados. No total, 70 ativos públicos foram leiloados durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, com mais de R\$ 80 bilhões captados.

“A gente tem caminhado muito na direção de atrair o investimento privado. [Isso] é fundamental em um cenário de restrição fiscal para atingirmos o nosso objetivo, que é diminuir o gap [buraco, fenda] de infraestrutura”, disse o ministro.

Tarcísio Freitas informou também que as maiores concessões públicas ainda não foram feitas, e que a captação de investimentos crescerá consideravelmente no segundo semestre de 2021. Entre os exemplos, a rodovia Presidente Dutra - via de ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo -, que deve também reduzir a quantidade de pedágios e tarifas para usuários.

O Porto de Santos e a BR-381 Minas, além dos aeroportos de Congonhas e Santos Dumont, também estão na lista de leilões que serão feitos no segundo semestre.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 01/07/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

INDÚSTRIA NAVAL NO PAÍS PRECISA SE PREPARAR PARA REDUÇÃO DE EMISSÕES

Da Redação *INDÚSTRIA NAVAL 30 Junho 2021*



As novas regras da Organização Marítima Internacional (IMO) para garantir que os navios reduzam suas emissões de gases de efeito estufa vão agitar a indústria naval brasileira nos próximos anos. A necessidade de melhorar a eficiência energética das embarcações, por meio de abordagens técnicas e operacionais, vai se refletir tanto na construção de novos navios, que terão que ser projetados dentro das normas da IMO, quanto na modernização das embarcações que já estão a pleno vapor.

"Todos os navios deverão ser operados da maneira mais eficiente, em termos de emissões de gases de efeito estufa, e precisam priorizar o consumo de combustíveis de baixo carbono ou carbono neutros, caso possível. Essa conjuntura decorre dos níveis de ambição da Estratégia Inicial que determinou uma redução de intensidade de carbono de no mínimo 40% até o ano de 2030, perseguindo esforços para uma redução de 70% até o ano de 2050. Essa estratégia estabeleceu ainda que as emissões totais deverão estar reduzidas em 50% até o ano de 2050", explica o Capitão de Mar e Guerra Fernando Alberto Gomes da Costa, que integra a Secretaria Executiva da Comissão Coordenadora dos Assuntos da IMO e a Assessoria para Atividades Marítimas Internacionais, da Diretoria de Portos e Costas

A referência para essas exigências são as emissões ocorridas em 2008, como lembra o assessor do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação (Syndarma), Mário Mendonça:

"A IMO continua avançando na sua estratégia inicial de redução das emissões de gases geradores do efeito estufa", diz ele. "O processo de convencimento da indústria naval, nacionalmente, será realizado por meio da Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCAIMO). Internacionalmente, ficará a cargo do Grupo de Correspondência sobre a Redução da Intensidade de Carbono e Redução de Emissões de GHG de Navios (ISWG-GHG) e do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho da IMO (MEPC)"

Costa observa que representantes da indústria naval brasileira já vêm acompanhando a elaboração das regras e que, por isso, já estão atualizados sobre os novos requisitos. Segundo ele, as primeiras ações práticas devem ser de caráter operacional com a otimização das rotas, bem como adoção de velocidades mais econômicas, que significam menos emissões.

"O setor de pesquisa operacional das empresas também deverá se esforçar no sentido de que os períodos e espera na área do porto organizado sejam reduzidos ao máximo. Recomenda-se ainda que sejam cumpridas com maior frequência as rotinas de limpeza de cascos, hélices e lemes", diz ele.

A partir de agora, as discussões devem se concentrar nas medidas de médio e longo prazo", completa Mendonça. "Já estão em vigor, por exemplo, as exigências do Índice de Eficiência Energética de Navios (EEDI) para os navios novos; e a adoção do Plano de Gerenciamento de Eficiência Energética do Navio (SEEMP) para todos os navios. Sem falar que, recentemente, foram adotadas novas medidas relativas aos navios existentes, incluindo exigências do Índice de Eficiência Energética de Navios Existentes (EEXI) e o indicador anual de intensidade de carbono operacional (CII), que relaciona as emissões de GHG à quantidade de carga transportada pela distância percorrida".

Na avaliação do Capitão de Mar e Guerra, as novas normas trazem desafios, mas o setor marítimo do Brasil não apenas está conscientizado da importância da descarbonização como vem

contribuindo com sugestões de aprimoramento das medidas que estão em fase de elaboração no âmbito da IMO.

"As ações no sentido de redução das emissões provenientes do setor comercial marítimo já vêm sendo adotadas desde janeiro de 2013. Os navios que negligenciarem as suas adoções poderão deixar de receber os seus certificados ou, no mínimo, perder vantagens competitivas, uma vez que menos emissões também significa menor gasto com os combustíveis", observa ele.

Mendonça vai além e afirma que a "descarbonização no setor marítimo é um fato irreversível", que vem ocorrendo já faz algum tempo, da mesma forma em outros setores, seja na indústria como nos demais modais de transporte.

"O importante é conseguir estabelecer um equilíbrio nessa transição do combustível fóssil para combustíveis mais limpos, acompanhado de uma avaliação permanente dos impactos negativos potenciais sobre os Estados", acredita ele.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2021

TRIBUNAL MARÍTIMO CANCELA 236 REBS

Da Redação NAVEGAÇÃO 30 Junho 2021



A partir desta quarta-feira (30), 236 Registros Especial Brasileiro (REB) estão cancelados, por determinação do Tribunal Marítimo (TM). A portaria nº 28/TM/2021 determinou a anulação dos documentos, emitidos antes de 2013 e sem a devida renovação, solicitada pelo próprio tribunal há quase dois anos.

"Antes, não havia prazo de validade para o REB. Agora, há, de cinco anos. Por isso, anunciamos a necessidade da renovação e quem não cumpriu, teve o registro cancelado", explica o juiz-presidente do

Tribunal Marítimo, Vice-Almirante Wilson Pereira de Lima Filho.

A maioria das embarcações que teve o registro cancelado atua na Amazônia. Segundo Lima Filho, é possível que, na lista, estejam empresa que nem existem mais. Porém, as que ainda estão ativas terão que iniciar um novo processo para a obtenção do REB. A renovação não será automática nesses casos.

"Pode ser que não haja interesse em renovar. Mas, se houver, será necessário iniciar um novo processo e cumprir todas as exigências de documentos", diz o vice-almirante.

O REB foi instituído pela Lei nº 9.432/1997 com o intuito de fomentar a Marinha Mercante Brasileira. Em 1º de outubro de 2013, a portaria nº 50/TM estabeleceu procedimentos para pré-registro e registro de casco/embarcação nesta modalidade. A partir daí ficou definido o prazo de cinco anos de validade e a necessidade de renovação após vencimento.

Em 2019, o Tribunal Marítimo constatou que 375 REBs estavam sem prazo de validade. Embora emitidos antes de 2013, algumas empresas de navegação não haviam seguido a recomendação do Tribunal Marítimo para fazer a renovação. Em um primeiro momento, as embarcações deveriam realizar os ajustes até 13 de novembro de 2019. Com a pandemia do coronavírus, o prazo foi adiado, estabelecendo 17 de dezembro de 2020 como data final.

Mais de seis meses depois, apenas 1/3 dos REB haviam sido renovados. Para não prolongar ainda mais o ajuste da documentação, o Tribunal, após consulta à Procuradoria Especial da Marinha, promulgou a portaria nº 28/TM/2021.

“Empresas sérias precisam estar legalizadas para navegar”, afirma o juiz-presidente do Tribunal Marítimo.

A lista das embarcações que tiveram o REB cancelado está disponível em <https://www.marinha.mil.br/tm/?q=node/8084>.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2021

SVITZER EXPANDE OPERAÇÕES NO NORDESTE

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 01 Julho 2021



Operação em Santos (Arquivo/Divulgação)

Empresa de apoio portuário do grupo Maersk passa a atuar com dois rebocadores em Pecém (CE) e outros dois em Suape (PE), com potências acima de 60 toneladas BP.

A Svitzer ampliou as operações no Brasil, a partir dos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). A empresa de apoio portuário do grupo Maersk direcionou quatro rebocadores de sua frota, sendo dois para atuar em cada um desses portos. Duas das quatro embarcações têm mais de 60 toneladas de tração estática

(bollard pull) e outras duas com mais de 70t BP. A demanda inicial é atender um contrato de longo prazo para navios da Maersk.

A movimentação faz parte de uma série de investimentos que a empresa está fazendo no país. “Essa expansão mostra a intenção para expandir pro Nordeste do país. Construímos um negócio próspero no Sul e Sudeste e uma base boa para crescimento”, destacou o diretor-gerente da Svitzer Brasil, Daniel Reedt Cohen, em entrevista à Portos e Navios. A empresa, que entrou há seis anos no mercado brasileiro, já atua nos portos de Santos (SP), Vitória (ES), Rio Grande (RS), São Francisco do Sul (SC) e Paranaguá (PR).

Com a nova operação, a frota da empresa no Brasil aumentou de 14 para 16 rebocadores, a partir da importação das embarcações Barracuda e Egil. Cohen explicou que a incorporação das duas embarcações foi feita com base na construção de quatro rebocadores azimutais encomendados ao Estaleiro Rio Maguari (ERM), no Pará. A previsão é que o primeiro rebocador seja entregue pelo estaleiro em outubro de 2022 e o último em abril de 2023.

A avaliação da Svitzer é que esses mercados movimentam diversos tipos de carga com potencial de crescimento. Cohen acrescentou que as características multipropósito dos rebocadores permitem o atendimento a navios de diferentes tipos e classes, como transportes de contêineres, graneis sólidos e líquidos.

Cohen disse que a empresa pretende continuar essa expansão e que conversa com os clientes para identificar potenciais demandas. “Nossos principais clientes querem crescer e estão olhando para esses mercados do Nordeste e do Norte. Queremos crescer junto com eles e trazê-los para esses novos mercados”, afirmou.

O diretor-gerente da Svitzer Brasil disse que o Brasil é um mercado-chave para a empresa, que opera em 12 países nas américas. Cohen mencionou que, além de Suape e Pecém, existem outras

oportunidades interessantes de desenvolvimento no Arco Norte. O executivo disse que a expansão faz parte da estratégia de crescimento regional do grupo. “Temos ambições para fortalecer nossa presença nas Américas. Nos últimos anos, conseguimos construir presença maior no Brasil, Argentina e em outros países na região”, frisou.

Cohen avaliou que a pandemia teve impacto menor do que esperado nas atividades, com as exportações se mantendo fortes em 2020 e também este ano. Ele ressaltou que ainda existem impactos da pandemia, minimizados pela economia brasileira. O diretor estima que aproximadamente 75% do pessoal já foi imunizado, pelo menos com a primeira dose da vacinação contra Covid-19. Ele contou que o desafio, desde o ano passado, é mitigar a contaminação a bordo. Segundo o executivo, os casos em embarcações e em terra foram solucionados com troca de tripulação e isolamento, sem prejudicar nenhuma faina.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2021

ANP PUBLICA DADOS CONSOLIDADOS DO SETOR NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS EM 2020

Da Redação OFFSHORE 30 Junho 2021

A ANP publicou nesta quarta-feira (30) as informações consolidadas da evolução do setor brasileiro de petróleo, gás natural e biocombustíveis no Brasil em 2020.

Em 2020, a produção nacional de petróleo cresceu 5,7% e atingiu 2,9 milhões de barris/dia. A elevação foi liderada pela oferta de petróleo do pré-sal, que alcançou a média de 2 milhões de barris por dia no ano, cerca de 69,4% da produção do País. No mesmo sentido, a produção de gás natural teve acréscimo de 4,3%, 11º ano consecutivo de aumento, e atingiu 128 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia). No pré-sal, a produção de gás natural também segue aumentando sua participação no total nacional e correspondeu a 65,7% em 2020.

Em 2020, a ANP realizou a sessão pública do 2º Ciclo da Oferta Permanente, que arrecadou R\$ 56,7 milhões em bônus de assinatura e gerou previsão de R\$ 160 milhões em investimentos exploratórios mínimos.

No ano, o volume de obrigações da cláusula dos contratos de concessão, partilha e cessão onerosa relativa aos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) foi de R\$ 1,1 bilhão. Já o montante gerado de participações governamentais atingiu R\$ 46,7 bilhões em 2020, queda de 7,3% em relação ao ano anterior.

Em função do aumento da produção interna, em 2020, as exportações de petróleo alcançaram o maior valor da série histórica, 1,4 milhão de barris por dia, aumento anual de 16,9%. Já as importações de petróleo, que totalizaram 135 mil barris por dia, caíram 28,9%.

No setor de abastecimento, a produção nacional de derivados cresceu 3,4% em 2020, atingindo 2 milhões de barris/dia, em torno de 77,2% da capacidade instalada de refino. As vendas de derivados pelas distribuidoras registraram queda de 4,3%, em consequência da pandemia de Covid-19.

Com relação aos biocombustíveis, a produção de biodiesel foi 9% superior ao ano anterior, em decorrência, principalmente, do aumento do teor de mistura no óleo diesel (de 11% para 12%). Já a produção de etanol foi 7,1% inferior ao ano anterior, atingindo 32,8 bilhões de litros. As vendas de etanol hidratado caíram 14,6% em 2020, em decorrência da pandemia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/07/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006